

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CURSO EM ADMINISTRAÇÃO**

CAMILA CAMARGO AGUIAR

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

CAMILA CAMARGO AGUIAR

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. - Área de concentração: Instituição Educacional - Organização e Gestão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivone Tambelli Schmidt

373.24
A283c

Aguiar, Camila Camargo

A contribuição do ensino técnico na formação e educação profissional do curso de administração. \ Camila Camargo Aguiar. – Presidente Prudente, 2013.

84 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – Unoeste: Presidente Prudente – SP, 2013.

Bibliografia.

Orientador: Ivone Tambelli Schmidt

1. Ensino Técnico. 2. Formação profissional. 3. Competências. 4. Mercado de Trabalho. 5. Centro Paula Souza. I. Título.

CAMILA CAMARGO AGUIAR

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

Presidente Prudente, 6 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ivone Tambelli Schmidt
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente – SP

Prof. Dr. Adriano Rodrigues Ruiz
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente – SP

Prof. Dr. Francisco Hashimoto
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Assis - SP

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a você, mãe, eterna e incondicional incentivadora dos meus sonhos, a pessoa que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Ao meu eterno e querido enamorado, Cristian, razão da minha vida. Obrigada por todo amor, carinho, compreensão e pelo apoio nas decisões e no incentivo para que esta conclusão fosse realizada com sucesso. Te amo!

A você, Alberto, que sempre colaborou e nunca mediu esforços em me acompanhar nas viagens para as aulas.

À vovó Palmira, obrigada pelos cafezinhos nas madrugadas e por ser sempre essa pessoa maravilhosa.

Vocês são responsáveis por este momento tão marcante em minha vida pela dedicação e pelo amor que me fez mais forte, me fazendo entender que sou capaz de ir além.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por me iluminar e ter me guiado ao longo do curso para trilhar o caminho mais correto possível.

A todos os meus familiares, meu muito obrigado!

Agradeço a minha querida orientadora professora Dr^a. Ivone Tambelli Schmidt, que com o passar do tempo se tornou uma pessoa mais que especial e que sempre esteve ao meu lado para que este trabalho fosse concluído com êxito. Muito obrigada por tudo.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Adriano Rodrigues Ruiz e confesso que jamais vou esquecer suas aulas, seu dom de sabedoria, humildade e simplicidade que sempre estiveram estampados em sua face.

Aproveito também para agradecer à professora Dr^a. Caroline Kraus Luvizotto pelos conhecimentos que adquiri em suas magníficas aulas.

Agradeço ao professor Dr. Francisco Hashimoto pelas contribuições em minha pesquisa.

Agradeço a querida Ana Flávia, essa pessoa mais que especial que cruzou meu caminho. Obrigada pela amizade e auxílio com esta dissertação.

Mônica, muito obrigada por sempre me auxiliar nos momentos mais importantes....e pela amizade dedicada !!!!

E não poderia deixar de agradecer três pessoas muito especiais que fizeram parte dessa conquista...Ina, Jakeline Ortega e Sueli, minhas queridas, obrigada pelo apoio.

“Você pode sonhar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo, mas é necessário existir pessoas para tornar os sonhos em realidade.”

Walt Disney

RESUMO

A contribuição do ensino técnico na formação e educação profissional do curso de administração

A presente pesquisa objetivou identificar contribuições do ensino técnico no aprendizado de competências profissionais, de modo específico estudou o desenvolvimento do ensino técnico no Brasil e analisou a contribuição do ensino técnico do Centro Paula Souza na trajetória profissional de seus egressos. Como metodologia, recorreu-se a abordagem qualitativa e utilizou-se um estudo de caso, com coleta de dados de duas naturezas – documentais e entrevistas. O caso estudado aconteceu em uma unidade escolar do Centro Paula Souza, localizada na cidade de Avaré, estado de São Paulo. Como resultado, tendo por referência depoimentos de egressos, verificou-se a efetividade do curso para: a empregabilidade; o desenvolvimento de habilidades/capacidades empreendedoras; a preparação para a vida em sociedade; a continuidade de estudo, no nível superior; oferecer conhecimentos para o bom desempenho na profissão.

Palavras-chave: Ensino Técnico; Habilidades; Competências; Centro Paula Souza

ABSTRACT

Contribution of technical instruction in professional development and education from administration course

The aim of this research was to identify technical teaching contributions at learning job competences, in a specific way it has studied technical teaching development in Brazil and has analyzed technical teaching contribution at Paula Souza Center in its egress professional trajectory. As methodology, this work used qualitative approach and it was used a study of event, the data was collected in two kinds – Documents and Interviews. The study event took place in a school unit from Paula Souza Center, located in Avaré, in São Paulo state. As a result, doing with the egress testimonials as reference, it was verified the course effectiveness to the employability, the development of skills/capabilities entrepreneurs, the inurement for society life, the study continuity on higher level education and offering knowledge for a good job performance.

Key-words: Technical teaching; Skills; Competences; Paula Souza Center

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução das Unidades.....	35
TABELA 2 - Plano de Expansão 2010	36
TABELA 3 – Via Rápido SP	36
TABELA 4 - Formação Inicial e Educação Continuada.....	38
TABELA 5 - Identificação dos Sujeitos.....	60

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa 2006.....	37
FIGURA 2 - Mapa 2010.....	37
FIGURA 3 - Mapa 2013.....	38

LISTA DE SIGLAS

CEETESP	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CFA	Conselho Federal de Administração
CRA	Conselho Regional de Administração
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEFESP	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CPIMT	Coordenação de Políticas de Inserção no Mercado do Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETEC	Escola Técnica
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MET	Ministério do Trabalho e Emprego
PEAD	Programa Emergencial de auxílio ao desempregado
PEQ	Programa Estadual de Qualificação
SAI	Sistema de Avaliação Institucional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SDECT	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnológica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SERT	Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15
2.1 História e Desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil.....	15
2.2 Trajetória Histórica do Centro Paula Souza	30
3 ENSINO TÉCNICO	41
3.1 Sociedade Contemporânea e Ensino Técnico como Processo Impulsionador para o Mercado de Trabalho e a Questão da Cidadania.....	41
3.2 Habilidades Profissionais Desenvolvidas no Curso Técnico em Administração..	49
3.3 O Curso Técnico em Administração e a Sociedade Organizacional.....	53
4 CAMINHO METODOLÓGICO	57
4.1 Campo de Estudo.....	57
4.2 Metodologia da Pesquisa	58
4.3 Seleção e Caracterização dos Sujeitos.....	59
4.4 Procedimentos de Coleta de Dados.....	61
4.5 Aplicação dos Instrumentos	61
4.6 Procedimentos de Análise dos Dados.....	62
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	64
5.1 Apresentação e Análise dos Dados	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE.....	82

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve sua origem na busca da compreensão de possíveis contribuições do ensino técnico no aprendizado de competências profissionais e, também, do desenvolvimento do ensino técnico no Brasil. Neste contexto, a pesquisa trata da construção da educação profissional no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, com foco no Centro Paula Souza e em seu curso de Administração.

Importante considerar que estamos inseridos em uma sociedade em que o conhecimento passou a ser ponto de referência, ou seja, podemos dizer que vivemos na era do capital intelectual. A sociedade enfrenta uma nova realidade, a denominada globalização, ou era da informação. A globalização pode ser considerada como o crescimento da interdependência de povos e países. O termo está associado a uma aceleração do tempo, onde tudo muda rapidamente e os deslocamentos se tornaram mais acessíveis, podendo se compreender que o espaço mundial ficou mais integrado.

As mudanças socioculturais e econômicas acontecem com muita velocidade e o cidadão contemporâneo, para assegurar-se no mercado de trabalho frente à empregabilidade, tem que se manter em constante atualização, buscando conhecimento e aprendizagem de forma contínua.

Para Tofler (1980), a economia brasileira vem evoluindo e passou por fases na busca de sua consolidação. Começa pela fase agrícola, seguida pelo contexto industrial até chegar à atual economia da informação.

Em face à competitividade das organizações no século XXI, ampliou-se a necessidade de mão de obra qualificada. Nesse sentido, aumentou também a demanda por um profissional que possua habilidades e competências técnicas específicas para atender às necessidades do mundo do trabalho.

As indústrias estão se tornando cada vez mais complexas e as formas de produção mais eficientes, o que amplia a demanda e a diversificação dos cursos técnicos e profissionalizantes para suprir as necessidades tanto do setor industrial, quanto do setor comercial. As organizações do novo século estão em buscas constantes de pessoas com qualificação e competências para atuar no mercado de trabalho. Diante desse contexto é que se destacam as escolas técnicas.

Richardson (1988) destaca que a escola profissionalizante tem grande parcela de responsabilidade pelo atendimento das necessidades de mão de obra e pelo desenvolvimento socioeconômico, pois tem como objetivo a preparação de jovens no sentido de desenvolver suas habilidades técnicas para, dessa forma, assumirem um lugar de destaque dentro das organizações. O ensino técnico é considerado uma preparação de jovens e adultos em tempo hábil para que possam desenvolver habilidades e para que possam estar prontos a serem inseridos no mercado.

Diante do exposto o objetivo geral desta pesquisa foi identificar contribuições do ensino técnico no aprendizado de competências profissionais, de modo específico estudou o desenvolvimento do ensino técnico no Brasil e analisou a contribuição do ensino técnico do Centro Paula Souza na trajetória profissional de seus egressos. A metodologia utilizada neste trabalho fez uso da abordagem qualitativa e recorreu a um estudo de caso como estratégia de pesquisa.

Para melhor compreensão e análise do conteúdo abordado, o relato desta pesquisa encontra-se dividido, além desta introdução, em outras cinco seções. A segunda traz a trajetória histórica da educação profissional no Brasil, com foco no Centro Paula Souza, uma instituição que prepara os jovens para o mercado de trabalho. Na seguinte, há discussão sobre a sociedade contemporânea e sobre o ensino técnico como processo impulsionador para o mercado de trabalho, além de abordar a questão da cidadania. Essas discussões tiveram como base as habilidades e competências adquiridas durante o curso. Na quarta seção, encontra-se o caminho metodológico empregado como campo de estudo, a metodologia aplicada, a seleção e caracterização dos sujeitos, o procedimento de coleta, a aplicação e a análise dos dados. A quinta seção, por sua vez, está dedicada à análise e discussão dos resultados obtidos com a pesquisa. Na última estão as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 História e Desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil

O ensino do povo brasileiro teve sua origem quando o Brasil era colônia de Portugal, percorrendo o Brasil Império, o Brasil República até os dias atuais.

A formação do trabalhador no Brasil teve seu marco histórico desde o estigma da servidão, de acordo com Garcia (2009), foram os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isso, habituou-se o povo de nossa terra a ver essa forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais (FONSECA, 1961).

Como destaca Garcia (2009), o trabalho pesado e as profissões manuais eram entregues aos escravos, o que generalizava os ofícios que eram destinados aos deserdados da sorte ou aos menos favorecidos.

De acordo com Almeida (2009), o Brasil era altamente explorado devido às suas riquezas naturais quando ainda era colônia de Portugal. Nesse aspecto havia a necessidade de mão de obra escrava para a exploração e cultivo agrícola. Nessa época, índios, negros, escravos e colonos pobres eram utilizados como força de trabalho e para isso não era necessário instrução.

Por volta de 1700, com a descoberta das riquezas minerais em Minas Gerais, as casas de fundição se espalharam, surgindo então a necessidade de um ensino mais especializado. Com esse fim, as vagas eram destinadas aos filhos de homens brancos, cujo trabalho se diferenciava do trabalho nos engenhos. Nas Casas da Moeda, os aprendizes tinham que demonstrar as suas habilidades perante uma banca examinadora e, se aprovados, recebiam uma certidão de aprovação para só depois servirem à Coroa (MOTTA, 2012).

Na mesma época também se criaram os centros de aprendizagem de ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, nos quais operários especializados de Portugal tornavam-se instrutores daqueles que fossem recolhidos pelas patrulhas do Arsenal. As pessoas que fossem encontradas vagando pelas ruas depois do toque de recolher eram recolhidas pelas patrulhas. A necessidade era tão grande que se recorria até ao chefe de polícia, solicitando-lhe que enviasse os presos que estivessem em condições de produzir algum trabalho profissional.

Matos (2012) ressalta que a educação profissional no Brasil originou-se pelos níveis mais baixos, com características assistencialistas, e preparo para o trabalho. Nas primeiras décadas do período Imperial, diante da falta de mão-de-obra em vários setores, o país foi impulsionado a implantar uma aprendizagem de maneira compulsória, ensinando ofícios aos menores das classes mais pobres e excluídos da sociedade, como os abandonados e os órfãos. Estabeleceu-se, então, outro tipo de ensino, separado do secundário e do superior, que visava à formação da força de trabalho, dos artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

O sistema escravocrata, segundo Manfredi (2002), sobreviveu por mais de três séculos e deixou profundas marcas em relação ao trabalho social e humano, desde o contexto de violência até a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual representaria um trabalho desqualificado.

Dessa forma, a educação formal foi instituída para servir aos filhos de burgueses e os ofícios aos menos favorecidos.

Em meados de 1550, D. João III formulou política adotando um método de ensino aos índios baseado na fé católica. Para tanto, era necessário vir de Portugal padres capazes de realizar este trabalho requerido pela realeza. A religião foi disseminada pelos jesuítas que chegavam ao Brasil com o intuito de catequizar os índios e a população em geral.

Os primeiros núcleos de formação profissional que surgiram no Brasil foram os colégios e as residências dos jesuítas que serviam de escolas – oficinas para formar artesões e demais ofícios, durante o período colonial. Nas oficinas existentes nos colégios espalhados em diversos pontos do Brasil, os irmãos oficiais ensinavam ofícios ligados a atividades de ferraria, carpintaria, de embarcações, de construção de edifícios, de pintura, de produção de tijolos, telhas, louça, de fabricação de medicamentos, de fiação e de tecelagem entre outros (MANFREDI, 2002).

Manfredi (2002) salienta que é importante lembrar o grande papel do sistema jesuítico de educação que foi desempenhado durante o Período Colonial, em que a historiografia oficial aponta a catequese da população nativa como a principal obra educacional da Igreja.

Na metade do século XVIII, os jesuítas mantinham 25 residências e 17 colégios e seminários no Brasil. O modelo de ensino adotado na Companhia de Jesus seguia padrões institucionais e currículos próprios. Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, o sistema de educação ficou desorganizado e foi

necessário montar outro modelo escolar, mas isso levou tempo. As primeiras mudanças só foram ocorrer após a sede do reino português ter sido transferida para o Brasil em 1808.

As primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e para administrar o Estado. No Rio de Janeiro, foi criada a Academia da Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808); a Academia Real Militar (1810); o curso de Agricultura (1814); o curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e de Economia Política (1808); o curso de Agricultura (1812); o curso de Química (1817) entre outros (MANFREDI, 2002).

Em 07 de setembro de 1822 o Brasil se tornou Império, com a proclamação da Independência por D. Pedro I, mesmo com a criação do Império e da Assembléia Constituinte em 1823, não houve nenhum progresso em relação ao ensino de ofícios, isto é, ainda continuava a mesma ideia de se destinar este ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos.

A constituição Imperial de 11 de Dezembro de 1823 determinava:

- no seu artigo 1º. – a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos;
- no seu artigo 11º – a criação de escolas para meninas, nas cidades e vilas mais populosas;
- no seu artigo 179º – a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos (ELLIS, 1995, p. 369).

Nesse período havia grande descaso em relação aos menos favorecidos pela elite brasileira, pois ainda consideravam ser desnecessário educar pessoas que serviam como trabalhadores braçais em suas terras. Pode-se salientar que a prioridade do governo foi destinar à elite o ensino superior e à população menos favorecida o ensino básico.

O sistema escolar público sempre procurou desenvolver um ensino de maneira separada entre secundário e superior, com o único objetivo de promover o trabalho ligado à produção, artífices para oficinas e fábricas. No Império, as iniciativas de educação profissional partiam ora de associações civis (religiosas e filantrópicas), ora de esferas estatais. Dessa forma, a questão da educação profissional como forma de preparação para os ofícios manufatureiros eram

ministradas nas Academias Militares pelo Exército e Marinha, por entidades filantrópicas e nos Liceus de Artes e Ofícios.

Desde o Período Colonial, os Arsenais da Marinha necessitavam de mão de obra, mas não havia o suficiente. O Estado se envolvia no trabalho e na aprendizagem de maneira compulsória, onde se ensinavam ofícios aos menores de setores mais pobres, órfãos e abandonados.

Segundo Sécio (2005), em meados do século XIX, no interior, imigrantes europeus dedicavam-se às plantações do café e, na capital, à instalação de fábricas. Nesta época não havia qualificação profissional, ou seja, as pessoas não aprendiam um ofício. Neste ambiente surgiram cidadãos paulistas liderados pelo Conselheiro Leôncio de Carvalho que, acreditando na educação e na qualificação, visando criar uma escola profissionalizante para atender às necessidades de mão de obra especializada, fundaram a Sociedade Propagadora de Instrução Popular.

Entre 1840 e 1865, foram fundadas as casas de educandos artífices por dez governos provinciais que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios vigentes no âmbito militar, incluindo os padrões de hierarquia e disciplina. Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária – no âmbito da leitura, da escrita, da aritmética, da álgebra elementar, da escultura, do desenho, da geometria entre outros – e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, sapataria, etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo trabalhando nas oficinas, com dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue no final do triênio (MANFREDI, 2002, p.77).

Entre os anos de 1858 a 1886 foram criados os Liceus de Artes e Ofícios nos centros urbanos do Rio de Janeiro, o primeiro deles em 1858, depois Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Os cursos eram livres, exceto para os escravos, e eram divididos em Ciências Aplicadas e Artes.

Em 1882 foi fundado o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Desse modo:

A exemplo do que aconteceu na capital do país, foi criado o Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo, no ano de 1873. A instituição tinha como entidade mantenedora a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, tendo como composição da sua primeira diretoria de membros que pertenciam à burocracia estatal e ao parlamento, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro. (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2007, p.211).

O Liceu de Artes de São Paulo foi um grande marco na história e merece destaque entre as questões da instituição do curso primário gratuito e depois os cursos de profissões.

Conforme Lopes, Faria Filho e Veiga (2007, p.211):

Como primeira atividade [...] (1874), o curso primário gratuito e com aulas noturnas, com a distribuição de material escolar aos alunos. Somente em 1882 [...] instalou-se [...] o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujo objetivo era o de ministrar ao povo conhecimentos necessários às artes e, ofícios, ao comércio, à lavoura e às indústrias. [...] contava com recursos do poder público na sua manutenção, por meio de doações e subsídios. Entre o final do Império e o início do regime republicano, as subvenções cresceram cerca de 317%.

Nesse período, as escolas públicas apenas atendiam crianças órfãs e abandonadas, e pela primeira vez no país filhos de operários e de camponeses tiveram acesso à alfabetização. A cultura deixa de ser privilégio da rica burguesia e se democratiza (SÉCIO, 2005).

O currículo do Liceu de Artes de São Paulo era composto por Aritmética, Álgebra, Geometria Descritiva, Zoologia, Física e suas aplicações, Mecânica, Agrimensura, Desenho Linear, Desenho de Figura, Desenho Geométrico, Caligrafia, Gravura, entre outras disciplinas.

No final do século XIX, segundo Carvalho (2011), o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo apresentava bom desempenho educacional em virtude do apoio dos cafeicultores paulistas ao governo republicano. No período de 1900 a 1917, o Liceu teve como diretor Antônio Francisco de Paula Souza e seu vice foi o engenheiro Ramos de Azevedo, que o substituiu na direção durante o período de 1917 a 1928. Nesse período, a procura pelos cursos do Liceu chegou a alcançar um índice alto.

Para Manfredi (2002), o período caracterizado Império e a implantação dos projetos políticos republicanos foram momentos marcados por profundas transformações econômicas e sociais, sobretudo, em função da abolição da escravidão, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia. Dessa forma, o país ingressava em uma nova fase econômica em virtude da aceleração da indústria e do processo de urbanização.

Devido aos novos empreendimentos industriais e ao surgimento dos grandes centros estimularam a demanda de serviços de infraestrutura urbana de transportes e de edificações. Em relação à modernização tecnológica mesmo que ainda em

nível de adaptação, gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular (MANFREDI, 2002).

Destaca-se ainda que durante o período conhecido como Primeira República, desde a Proclamação em 1889 até a chamada Revolução de 1930, a educação escolar e a educação profissional ganharam nova configuração. As poucas instituições que eram dedicadas ao ensino compulsório e aos ofícios artesanais e manufatureiros, cederam lugares às verdadeiras redes de escolas devido às iniciativas dos governos estaduais e federais, assim como a Igreja Católica, trabalhadores e membros da elite cafeeira se organizavam em associações de natureza sindical.

Manfredi (2002) ainda ressalta que, dessa vez, os destinatários não seriam apenas os pobres e menos favorecidos, mas sim aqueles que pertenciam aos setores populares urbanos, ou seja, eles iriam se transformar em trabalhadores assalariados.

Após a Proclamação da República foram os positivistas os primeiros a expressar sua posição sobre a educação profissional. Em 1889 foi assinado um memorial por mais de 400 operários das oficinas do Rio de Janeiro e entregue a Benjamin Constant. Neste memorial, os operários manifestavam algumas reivindicações como: manter a formação moral, assegurar a instrução primária, instituir o concurso de ingresso para a aprendizagem, pagar aos aprendizes o necessário para complementar o salário dos pais, entre outras (MANFREDI, 2002).

As medidas, de certa forma, não foram adotadas pelo governo, mas o memorial influenciou na elaboração de um decreto que limitou o emprego de menores nas fábricas da capital federal e na transformação do Asilo de Meninos desvalidos em Instituto de Educação Profissional. Também foram criados, no período noturno, cursos obrigatórios, um curso primário para os analfabetos e outro de desenho.

A formação profissional e o ensino técnico no Brasil surgiram nos primeiros governos da República brasileira devido à grande necessidade de formação de mão de obra qualificada para atuar no mercado. As iniciativas estaduais de se organizar o ensino profissional surgiram no regime federativo da República. Alguns governos redesenharam o funcionamento dos antigos Liceus ou criaram redes próprias de ensino profissional.

Devido às circunstâncias, no início do século XX, surgiram políticas públicas favoráveis ao ensino técnico-profissional no Brasil. Em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7.566 (BRASIL, 1909), o presidente Nilo Peçanha, instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados brasileiros com o intuito de formar operários e contramestres, em resposta à crescente necessidade de profissionais nas diversas áreas de atividade econômica. Essa necessidade advinha da modernização da indústria brasileira, que precisava ampliar a produtividade do seu trabalhador.

De acordo com a legislação que regulamentava essa rede de escolas – Decreto 7.566 de 23/9/1909 – a admissão dos alunos, que estava expressa no seu artigo 6º, obedecia aos seguintes critérios: ter idade de dez anos no mínimo e de 13 anos no máximo e a preferência na matrícula deveria recair sobre os “desfavorecidos da fortuna” (SANTOS, 2007, p. 212).

As escolas surgiram com o duplo objetivo de formar mão de obra qualificada para a nova sociedade e solucionar problemas sociais oriundos do desordenado processo de urbanização.

Assim, de acordo com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com o Decreto Estadual nº 2.118-B, de 28 de setembro de 1911, organizaram-se escolas profissionais da capital de acordo com a Lei nº 1.214, de 24 de outubro de 1911. Foram criados dois institutos de educação, a escola profissional masculina, destinada ao ensino de Artes e Ofícios como mecânicos, ferreiros, fundidores e outros; e a feminina, destinada ao ensino de Economia Doméstica e Prendas Manuais. Ao saírem dessas escolas, os jovens encontravam emprego nas pequenas oficinas ou grandes indústrias da região, e atuavam como mestres e transmissores do conhecimento adquirido.

A partir de 1910, constituiu-se, no Estado de São Paulo, um conjunto de escolas profissionais públicas, muito longe de ser uma obra assistencial, mas representando o ensino com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a indústria (MAPEAMENTO, 2005).

Bertogna (2009) ressalta que após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas projetou um cenário político nacional como arquiteto de nova ordem econômica e social. O presidente Getúlio Vargas ficou conhecido como um grande líder político, cuja imagem se projetava em virtude do progresso e da industrialização do Brasil. Em função da instalação de novas indústrias no país e do desenvolvimento das

outras já existentes, pessoas capacitadas eram necessárias para trabalhar no setor de produção.

O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então os assuntos ligados à Educação eram tratados pelo departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Em 1932, um grupo de intelectuais preocupados em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo [...]. O manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área de educação (BRASIL, 2009).

O estado de São Paulo percorreu uma trajetória longa em relação ao desenvolvimento da educação profissional. Em 1934, devido ao crescimento das ferrovias, foi inaugurado o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP), caracterizando uma complexa organização com a parceria entre o governo e a escola profissional de Sorocaba. Os cursos eram oferecidos no período de quatro anos onde os alunos trabalhavam na oficina geral como ajudantes, aprendendo a executar tarefas e alinhando teoria e prática.

Devido às exigências do mercado em formar profissionais qualificados, as instituições educacionais foram se adaptando às realidades que surgiam e quase uma década depois o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado.

Em 22 de Janeiro de 1942, pelo decreto – lei 4.048 do presidente Getúlio Vargas, o SENAI surgiu para atender a necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria de base. Já na ocasião, estava claro que sem a educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o País (SENAI, 2008).

O SENAI pode ser considerado um marco histórico em relação à questão do ensino técnico, pois se destacou no cenário nacional como uma instituição bem organizada e com leis bem definidas.

Com a ascensão do setor industrial, instalaram-se no estado de São Paulo indústrias do setor de transportes, de aparelhos do lar, de desenvolvimento urbano, entre outras, em consequência do aumento da qualificação profissional.

Com o aquecimento da indústria brasileira no pós-guerra, as escolas industriais ganharam novo fôlego graças à grande demanda por seus profissionais.

Isso não foi diferente nos anos de governo de Juscelino Kubitschek, com a demanda da indústria automobilística no Brasil (XAVIER, 2009).

Diante do contexto em relação a essas transformações nas escolas industriais o Congresso Nacional começou a discutir projetos de Leino intuito de fixar parâmetros em relação ao sistema educacional no Brasil (BERTOGNA, 2009).

Após muitas discussões e reflexões no intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1961, Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961). Abaixo segue um importante trecho desta lei e que se refere ao ensino profissional:

TÍTULO I

Dos fins da Educação

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitiam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.
- a) a concepção a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

TÍTULO VII

CAPÍTULO III

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) indústria;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, vetado.

Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores e

seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos (BRASIL, 1961).

Na década de 1960, o estado de São Paulo apresentava forte crescimento industrial e nesse mesmo período se realizavam reuniões com o objetivo de se criar uma instituição pública de ensino profissionalizante, com propostas, talvez, parecidas com o SENAI, mas com uma organização diferenciada.

A ideia foi criar um Centro Estadual voltado para a educação tecnológica, e isso aconteceu quando Roberto Costa de Abreu Sodré assumiu o governo do Estado de São Paulo, em 1967. Em outubro de 1969, o então governador Abreu Sodré assinou o Decreto-Lei que criou a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior.

Em Outubro de 1969, o governador Abreu Sodré assinou o Decreto-Lei que criou a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino Médio e Superior. [...] Denominada Centro Paula Souza, iniciou suas atividades em seis de Outubro de 1969 (CENTRO PAULA SOUZA, 2009, p. 13).

O Centro Paula Souza surgiu com o intuito de colaboração estadual relativo ao nível profissionalizante, adaptando-se ao crescimento do estado. A designação Paula Souza se deu em homenagem ao engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza.

Em homenagem ao engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, fundador da mais tradicional faculdade de engenharia do país, a Escola Politécnica de São Paulo. Paula Souza almejava para o Brasil um sistema de formação de profissionais que impulsionasse o crescimento econômico e social. (MAPEAMENTO, 2005, p. 12).

O Centro Paula Souza, assim como o SENAI, significou uma ferramenta de apoio ao parque fabril estadual no cenário educacional devido à ascensão industrial.

De acordo com Bertogna (2009), os anos de 1950 a 1960 foram marcados pela implantação da indústria automobilística no Brasil, com destaque para o estado de São Paulo e as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul que compõe o ABC Paulista.

Após dez anos a partir da criação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases) surgiu a necessidade de reforma da educação nacional, considerada

ultrapassada e carente de reformulação, principalmente no que se referia à formação profissional. Então, em 11 de agosto de 1971, após passar pelo Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, a Lei nº 5.692, foi promulgada:

[...] fazia-se necessária uma reestruturação que dotasse o ensino, em todos os níveis, de maior racionalidade, constituindo-se em fator de desenvolvimento individual e social, através da constituição de um sistema educacional que diminuísse a demanda pelo ensino superior e substituísse o caráter acadêmico pela formação profissional já no segundo grau. Para tanto surge a Lei nº 5.692/71 em cuja exposição de motivos assinada pelo Ministro da Educação expressa-se a nova concepção: "...também na educação a palavra de ordem terá de ser a racionalização dos investimentos, para que ela própria venha a constituir o investimento nobre, por excelência, sobre o qual há de assentar-se o processo de desenvolvimento" (KUENZER, 1991, p.9).

Segundo Bertogna (2009), mesmo na nova versão percebeu-se que não houve nada de concreto em relação ao ensino profissionalizante. Abaixo segue um fragmento de capítulo retirado da Lei nº 5.692/71 em relação ao ensino de 1º e 2º grau:

CAPÍTULO III

Do Ensino de 2º. Grau.

Art.21. O ensino de segundo grau destina-se à formação integral do adolescente.

Parágrafo único. Para ingresso no ensino de segundo grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.

Art. 22. O ensino de segundo grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

Art. 23. Observado o que sobre o assunto conste da legislação própria:

- a) a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau, ou do correspondente no regime de matrícula por disciplinas, habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior;
- b) os estudos correspondentes à 4ª série do ensino de 2º grau poderão, quando equivalentes, ser aproveitados em curso superior da mesma área ou de áreas afins (BRASIL, 1971).

De acordo com o teor do fragmento acima, pode-se perceber que não houve preocupação em relação ao ensino profissionalizante, e sim a preocupação em relação à educação geral. Não houve, por parte dos governantes, destaque em relação à formação para o mercado de trabalho, ressalta Bertogna (2009). A Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, realmente não inova em relação ao ensino profissional destinado à mão de obra para a indústria.

Em relação a essa lacuna existente em relação à formação profissional, houve um ajuste realizado pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 45/72, que explanou uma série de atividades que seriam desenvolvidas em diversas áreas, conforme a região. Mesmo assim houve questionamentos sobre o ensino profissionalizante que originou outro parecer, o de nº 339/72.

Desenvolver no aluno o interesse pelos assuntos relacionados ao mercado de trabalho dos setores econômicos, processos de produção, ocupações e outros aspectos relativos à função desempenhada pelo homem no desenvolvimento econômico do país.

Preparar o aluno para a adequada utilização de equipamentos simples ou execução de serviços e proporcionar-lhes conhecimentos técnicos referentes a materiais e processos de trabalho nas tarefas a serem executadas na escola e durante a vida profissional futura (BRASIL, 1971).

Nas décadas de 1970 e de 1980, o estado de São Paulo apresentava um crescimento industrial contínuo e com o avanço constante, as escolas profissionalizantes contribuíram na formação e aperfeiçoamento de mão de obra operária e, com isso, a indústria foi se solidificando cada vez mais.

Nesse momento, as escolas Centro Paula Souza e SENAI, receberam investimentos como espaços físicos, laboratórios equipados, material pedagógico, entre outros, no intuito de melhorar a adequação ao ensino profissional (BERTOGNA, 2009). Vale ressaltar que no final de 1993, o Centro Paula Souza já possuía 21 unidades de ensino espalhadas pelo estado de São Paulo.

Diante desse contexto, vale ressaltar que as LDB de 1961 e de 1971 muitas vezes eram consideradas ultrapassadas diante da realidade industrial e social. O Brasil, na década de 1990, sofreu transformações com a chegada da tecnologia digital e tornou-se evidente a necessidade de mudança em relação à educação profissional.

Diante da necessidade de transformação na educação, inclusive da profissional, foi formulada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que entrou em vigor em 10 de dezembro de 1996. De modo geral, o ensino profissionalizante ganhou novos contornos e a LDB nº 9.394/96, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, está vigente até hoje, ou seja, no ano de 2013.

Abaixo segue trecho do capítulo três da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), que trata da educação profissional:

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único: O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único: Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Em 2005 houve alterações na LDB 9.394 de 1996, decorrentes das necessidades constantes de adaptações ao processo produtivo do país. Dentre essas mudanças destacam-se:

Resolução nº 1 de três de fevereiro de 2005, atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Congresso Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio as disposições do Decreto nº 5.154/ 2004. Art. 1º Será incluído 3º, no artigo 12 da Resolução CNE/CEB 3/98, com a seguinte redação: 3º. A articulação entre Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas:

I. Integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com a matrícula única para cada aluno;
II. concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e;
III. subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.”

Art. 3º. A nomenclatura dos cursos e programas de Educação Profissional passará a ser atualizada nos seguintes termos:

II. Educação Profissional de nível médio passa a dominar-se “Educação Profissional Técnica de nível médio”.

De acordo com Manfredi (2002, p.144), o documento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) efetiva que a Educação Profissional no Brasil é composta por várias entidades:

- Pelo ensino médio e técnico, incluindo redes federal, estadual, municipal e privada;
- Pelo sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social, mantidos por contribuições parafiscais das empresas privadas: Senai/Sesi (indústrias), Senac/Sesc (comércio e serviços, exceto bancos); Senar (agricultura); Senat/Sest (Transporte sobre pneus); Sebrae (todos os setores, para atendimento a micro e pequenas empresa); SESCOOP (recém criado, abrangendo cooperativas de prestação de serviços);
- Por universidades públicas e privadas que oferecem, além da graduação e da pós-graduação, serviços de extensão e atendimento comunitário;
- Por escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores;
- Por escolas e fundações mantidas por grupos empresariais (além das contribuições que fazem ao Sistema S ou utilizando isenção de parte da contribuição devida ao Sistema);
- Por organizações não governamentais de cunho religioso comunitário e educacional;
- Pelo ensino profissional livre concentrado em centros urbanos e pioneiros na formação à distância (via correio);

Percebe-se, ao longo dos anos, que a educação profissional passa por um processo de evolução e torna-se uma das referências em educação no Brasil por formar profissionais adentram ao mercado de trabalho. A sociedade hoje exige qualificação e o objetivo das escolas técnicas é fornecer conhecimentos para que os ingressantes possam ser inseridos no contexto social, econômico e profissional.

Em 2009, em decorrência da realização do Fórum Mundial de Educação Profissional Tecnológica, reafirmou-se a relevante necessidade de uma educação para a emancipação, ampliando-se dessa forma o alcance desta modalidade de ensino, que foi historicamente marcada por um dualismo estrutural e pelas necessidades de capacitação e controle de mão-de-obra qualificada para as demandas do setor produtivo. Também foi proclamada na agenda da Educação Profissional e Tecnológica, explicitando-se uma concepção das relações entre educação e trabalho, que longe de serem mundos separados, podem ser pensados mutuamente por meio do conceito de trabalho como princípio educativo (BATISTA, 2011).

Nesse mesmo Fórum em 2009, a educação profissional e tecnológica foi apresentada e defendida como um forte e decisivo instrumento no que tange a mobilidade social. O fato é que a educação profissional e tecnológica tem sido valorizada nos últimos anos e considerada estratégica, pois se insere nas expectativas de formação e capacitação dos trabalhadores e ao direito de trabalho no sentido de garantir a efetiva democratização.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em 2004, se pronunciou em relação à educação profissional, não como questão acadêmica, mas sim política, demonstrando dessa forma interesse na educação profissional e tecnológica em suas funções humanísticas, tecnológica, cultural e do trabalho na construção de sujeitos críticos, agentes da transformação econômica, social e sustentável (DANNA, 2004).

Segundo Cardoso (2011), a história da educação profissional no Brasil pode ser entendida a partir do desenvolvimento das forças produtivas, das relações econômicas e das culturas que são produzidas pelos diversos grupos sociais.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 205, explicita que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A profissionalização pode ser considerada como inerente ao desenvolvimento pleno da pessoa com direitos de cidadão.

A formação profissional, embora tenha alavancado a questão da metodologia de trabalho pedagógico, até pouco tempo não era identificada como estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico, pois ela era apenas observada como fornecedor de mão de obra para o setor produtivo. Esse posicionamento tem mudado em função da flexibilidade do trabalho e da reestruturação da globalização em relação aos seus aspectos positivos e negativos.

Para Girardello (2010), não se concebe mais a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos possam ter acesso às conquistas tecnológicas e científicas. Dessa forma, impondo superação ao enfoque tradicional da formação profissional que era baseado apenas no preparo de um conjunto de tarefas.

Segundo Silva (2011), nos últimos anos, a formação profissional tem sido vista como uma resposta no termo estratégico aos problemas decorrentes da globalização na busca pela qualidade e competitividade e pelas transformações no mundo do trabalho. Nesse sentido, a educação profissional é considerada um instrumento eficaz para a difusão da concepção neoliberal, na perspectiva de disseminar a educação não mais como um direito social, mas sim como um investimento e aquisição individual de competências e habilidades referentes ao

perfil do trabalhador no sentido da empregabilidade e às novas exigências da reestruturação do trabalho.

A educação é, então, o principal capital humano enquanto concebida como produtora de capacidade de trabalho, potencializadora do fator de trabalho. A educação passa a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de produtividade e renda. O conceito do ponto de vista microeconômico constituir-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e conseqüentemente de mobilidade social (SILVA, 2011, p. 254).

Entende-se por capital humano o conjunto de conhecimentos e habilidades no sentido de aumentar a capacidade do trabalhador. Para tanto, é necessário investir em educação no país, pois é ela a responsável pela taxa de retorno social e aumento da renda nacional.

2.2 Trajetória Histórica do Centro Paula Souza

Conforme descrito anteriormente, em outubro de 1969, o governador Abreu Sodré assinou o Decreto-Lei que criou a entidade autárquica destinada a articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica no estado de São Paulo, criando assim o Centro de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET).

Desde sua criação, em 1969, com apenas duas faculdades de tecnologia, o Centro Paula Souza sempre esteve sintonizado com as necessidades do país. Nessa época, o Brasil vivia uma conjuntura de crescimento econômico e o Estado de São Paulo, em particular, já contava com um amplo e relativamente bem equipado parque industrial. Era necessário, portanto, formar profissionais para acompanhar esse movimento de expansão (MAPEAMENTO, 2005, p. 15).

O Centro Paula Souza é uma autarquia do governo do estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e no ano de 2013 administra 211 escolas técnicas (Etecs) e 56 Faculdades de Tecnologias (Fatecs). As escolas técnicas atendem mais de 226 mil estudantes, sendo cerca de 30 mil no ensino médio e mais de 90 mil no ensino técnico, que está direcionado aos setores industrial, agropecuário e de serviços. Nesse sentido, são oferecidas 124 habilitações técnicas (CENTRO PAUAL SOUZA, 2013).

Este número inclui três cursos técnicos oferecidos na modalidade semipresencial, vinte técnicos integrados ao ensino médio e dois técnicos, também integrados ao ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já nas Fatecs, mais de 59 mil alunos estão matriculados nos 62 cursos de graduação tecnológica.

Em paralelo à rede formal, funcionam diversas células educacionais, denominadas classes descentralizadas, que hoje atendem mais de cinco mil estudantes. Elas foram implantadas mediante convênio com prefeituras e empresas em locais que não dispõem de unidades do Centro Paula Souza. Com o tempo, muitas dessas classes descentralizadas se tornam escolas (MAPEAMENTO, 2005).

O instituto iniciou suas atividades em 06 de outubro de 1969, mas as primeiras reuniões do Conselho Estadual de Educação para a criação da instituição aconteceram em 1963, diante da necessidade de formação profissional para acompanhar a expansão industrial do estado paulista. Pouco depois, surgiram as duas primeiras Faculdades de Tecnologia do estado. As unidades foram instaladas em Sorocaba e em São Paulo. Em 1973, o CEET passou a ser chamado Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS).

Criado em 1969 para instalar as Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs), o Centro Paula Souza incorporou as escolas técnicas a partir de 1980. Nesse ano, integraram-se à instituição seis escolas técnicas dos municípios de Campinas, Jundiaí, Mococa, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Dois anos mais tarde, outras seis escolas técnicas foram inseridas no Centro, localizadas na capital, em Sorocaba, Santo André e Mogi das Cruzes, e passaram a ser administradas pelo Centro Paula Souza. Em 1988, o Estado de São Paulo criou suas primeiras Escolas Técnicas Estaduais, uma na capital, e outra unidade em Taquaritinga e com o tempo essas unidades foram se expandindo por todo o estado de São Paulo (CENTRO PAULA SOUZA, 2009).

Conhecido como um centro de excelência, o Centro Paula Souza é uma instituição moderna e em sintonia com as transformações sociais e econômicas. São Paulo tem a maior rede estadual de ensino profissional do país, voltada aos setores de serviços, agropecuário e industrial, em nível técnico e tecnológico.

Com o passar dos anos, o Centro Paula Souza ganhou hegemonia nessa modalidade e incorporou 86 escolas ao longo de dez anos, 35 delas agropecuárias.

Em 1988, as escolas passaram a oferecer o ensino médio e o ensino técnico de forma separada.

Na intenção de otimizar o aprendizado profissionalizante e contribuir para a ampliação dos índices de empregabilidade, o Centro Paula Souza estabeleceu um constante diálogo com representantes empresariais, órgãos governamentais e organizações de trabalhadores. O resultado foi o desenvolvimento de um modelo de formação inovador, que possibilita uma crescente espiral de aquisição de competência, resultante de iniciativas de curto e longo prazo – como a elaboração de currículos disciplinares em conjunto com técnicos dos setores empregadores, ou como a implantação de uma sólida cultura de parcerias por meio de convênios (MAPEAMENTO, 2005, p. 14).

A diversidade de opções e habilitações técnicas e tecnológicas de ensino tem como objetivo atender às necessidades específicas de cada região que vão desde a agricultura até a automação industrial.

Os critérios de determinação de aberturas desses cursos partem da integração entre setor privado e setor público. Enquanto as políticas governamentais instituem as grandes áreas de ação formativa, os diretores de faculdades e escolas dialogam com o setor produtivo para identificar as demandas e iniciar o planejamento focando na atividade econômica de cada região (MAPEAMENTO, 2005, p. 18).

O conceito de qualidade está ligado à capacidade de avaliar os resultados. Diante desse contexto, o Centro Paula Souza desenvolveu uma metodologia própria de avaliação de forma contínua. Em 1997 surgiu o SAI (Sistema de Avaliação Institucional) que foi implantado apenas em 1999. O sistema identifica resultados, como expectativa dos alunos, da comunidade, professores, funcionários entre outros, no intuito de identificar melhorias.

A preocupação com a qualidade cria, assim, um terreno sólido para sustentar os próximos passos da instituição rumo às áreas do conhecimento e regiões do Estado, de acordo com as necessidades detectadas junto à sociedade e com a vocação de traçar caminhos em direção ao progresso e a cidadania (MAPEAMENTO, 2005, p. 18).

O Centro Paula Souza é reconhecido pela sua eficiência em relação aos cursos, que são focados nas necessidades dos setores produtivos. Um dos principais objetivos do Centro é preparar profissionais com qualificação específica voltada para o mercado de trabalho. Os cursos técnicos podem ser realizados pelos

alunos a partir do segundo ano do ensino médio, ou depois de obtido o diploma do ensino médio.

As Etecs (Escolas Técnicas) oferecem disciplinas envolvendo o exercício da profissão e da cidadania. Nos trabalhos de conclusão de curso (TCC), elaborados no final do terceiro semestre, os alunos escolhem temas pertinentes à profissão e que beneficiem a comunidade ou até mesmo atendam às necessidades da comunidade escolar. A partir do ano de 2007, o ensino médio se expandiu nas escolas técnicas. Estima-se que cerca de 50% dos alunos fazem o ensino médio e técnico ao mesmo tempo.

A educação profissional tem papel importante no desenvolvimento de diversos setores da economia. Como forma de contribuição, o Centro Paula Souza qualifica profissionais para o mercado de trabalho.

O relatório “Egressos em Números”, finalizado em 2009, aponta que 93% dos formandos pelas Fatecs estão empregados um ano após a conclusão do curso. Desses, 95% tem vínculo formal de trabalho. Relatório similar concluído em 2008 com estudantes formados em 2006 pelas Etecs mostra que 77% estavam empregados um ano após a conclusão do curso. Desses, 85,8% tinham vínculo formal de trabalho. Os setores que mais empregam são indústria, serviços, saúde, informática, educação, agropecuária e construção civil. A relevância desses índices pode ser comprovada na comparação com a pesquisa feita pela Fundação Sistema Estadual de Dados (Seade). Em setembro de 2008, 17,9% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam empregados na Região Metropolitana de São Paulo. Entre os técnicos formados pelas Etecs na mesma região, o índice era de 71,8%(CENTRO PAULA SOUZA, 2009, p.24).

As Etecs (Escolas Técnicas), de modo especial dedicam atenção à sociedade e ao meio ambiente. Os professores e alunos trabalham em parcerias com a comunidade de modo geral. As atividades práticas trazem benefícios concretos para toda a população. Existem vários projetos envolvendo a comunidade e em relação ao meio ambiente são desenvolvidos projetos como plantio de árvores, transformação de lixo em energia, mapeamento de arborização urbana, logística reversa, entre outros. Todos esses projetos favorecem o meio ambiente e a conscientização para toda a população envolvida (MAPEAMENTO, 2005).

O Centro Paula Souza também possui parceria com a Embrapa, Firestone, Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho (SERT), Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e Prefeitura de São Paulo, Fundação Casa,

Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), IBM, Microsoft, entre outras.

Uma das mais recentes inovações do Centro Paula Souza foi o Telecurso TEC, criado em 2007, como modalidade de ensino a distância. A parceria com a Fundação Roberto Marinho permite a transmissão dos cursos, que são veiculados pela Rede Globo, no canal Futura e TV Cultura. Há também a modalidade presencial, onde os alunos contam com um orientador em sala e diversos recursos didáticos como TV, CD-ROM, material impresso e ambiente virtual.

A instituição oferece três cursos na área de gestão: Administração Empresarial, Secretariado e Assessoria e Gestão de Pequenas Empresas. Os exames ocorrem de maneira presencial e o certificado abrange o diploma de técnico.

A Missão do Centro Paula Souza é:

Promover a educação profissional pública dentro de referências de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho. Sua Visão é consolidar-se como centro de excelência e estímulo ao desenvolvimento humano e tecnológico, adaptado às necessidades da sociedade (CENTRO PAULA SOUZA, 2011).

Quanto aos objetivos estratégicos, por sua vez, o Centro visa:

- Atender às demandas sociais e do mercado de trabalho;
- Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais e administrativas;
- Alcançar e manter o grau de excelência diante do mercado em seus processos de ensino e aprendizagem.
- Promover a adequação, o reconhecimento e o desenvolvimento permanente do capital humano;
- Incentivar a transparência e o compartilhamento de informações e conhecimentos, entre outras (CENTRO PAULA SOUZA, 2011)

Tabela 1 - Evolução das Unidades

Evolução das Unidades do Centro Paula Souza												
ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Fim da Expansão
FATECS	10	10	13	13	16	18	28	33	45	49	49	55
ETECS	99	99	102	103	105	109	128	138	151	173	198	219

Fonte: Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/download/reuniao-diretores-serra-negra.pdf>>

Assim, fica evidente que as Etecs (Escolas Técnicas) e Fatecs (Faculdades de Tecnologias) experimentam um crescimento quantitativo expressivo. Dessa forma contribui em relação à oferta de vagas.

No ano de 2013 o Centro Paula Souza administrava 211 escolas técnicas e 56 Faculdades de Tecnologia.

Tabela 2 - Plano de Expansão 2010

Plano de Expansão – 2010		
Matriculas	2º Sem 2009	2º Sem 2010
Ensino Médio	39.074	49.612
Ensino Técnico	114.919	149.647
Ensino Tecnológico	35.314	46.332
Total Geral	189.307	245.591

Fonte: Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/download/reuniao-diretores-serra-negra.pdf>>

De acordo com a tabela foi expressivo o aumento em relação às matriculas do ensino médio, técnico e tecnológico entre os anos de 2009 e 2010.

Tabela 3 - Via Rápido SP

Via Rápido SP - 14 pólos para implantação de unidades físicas	
Campinas	Guarulhos
Santos	Mogi das Cruzes
São Bernardo do Campo	Osasco
São Paulo	Presidente Prudente
Sorocaba	Ribeirão Preto
Araçatuba	São José do Rio Preto
Bauru	São José dos Campos
Unidades móveis (carretas equipadas com oficinas)	

Fonte: Disponível em: <www.centropaulasouza.sp.gov.br>

Figura 1 - Mapa 2006



Figura 2 - Mapa 2010



Fonte: Disponível em: <www.centropaulasouza.sp.gov.br>

Figura 3 – Mapa 2013



Fonte: Disponível em: <www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/Escolas/>

De acordo com os mapas se percebe um crescimento em relação ao número de Etecs nos anos de 2006, 2010 e 2013.

Tabela 4 - Formação Inicial e Educação Continuada

Formação Inicial e Educação Continuada
PEQ – Programa Estadual de Qualificação
PEQ – Pró-Egresso
PEAD – Programa Emergencial de auxílio ao desempregado
FUNAP - Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
FUNDAÇÃO CASA

Fonte: Disponível em: <www.centropaulasouza.sp.gov.br/>

Além da formação técnica, o Centro Paula Souza também cumpre com a função social em algumas modalidades a seguir:

- O PEQ (Programa Estadual de Qualificação) é um Programa do Governo do Estado de São Paulo, idealizado e coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), e tem como objetivo oferecer cursos de qualificação profissional gratuitos em todo o Estado, para capacitar o trabalhador devido às novas exigências do mercado de trabalho. (CENTRO PAULA SOUZA, 2012). O Centro Paula Souza foi contratado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) para oferecer, por meio de suas Unidades de Ensino, programas de capacitação profissional a Trabalhadores desempregados ou em vias de perder o emprego, também para pequenos e micro produtores e trabalhadores autônomos, com idade entre 20 e 59 anos.
- PEQ Pró-Egresso é um programa estadual de inserção de egressos do Sistema Penitenciário e tem como objetivo o processo de reintegração social. É coordenado pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), por meio da Coordenação de Políticas de Inserção no Mercado do Trabalho (CPIMT), e atua em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). O Programa impulsiona a reintegração social, onde os egressos são inclusos nos programas oferecidos pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, através da intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Vale ressaltar que a participação do programa são egressos do sistema penitenciário, ou seja, ex-detentos que saíram do sistema carcerário há no máximo um ano ou estejam em liberdade condicional (SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, [201-]).
- PEAD (Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego) é um programa voltado ao preparo profissional de cidadãos que estão desempregados e com bolsa auxílio no valor de R\$ 86,00.
- FUNAP (Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel). A fundação desenvolveu um projeto dentro do sistema prisional, com o objetivo de capacitar as presas ao trabalho manual e produtos artesanais.

- FUNDAÇÃO CASA: O Centro Paula Souza também possui uma parceria com a fundação Casa, proporcionando cursos de qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medidas.
- UNIDADES MÓVEIS: há uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Centro Paula Souza. São carretas equipadas com oficinas com o objetivo de qualificar e requalificar o trabalhador desempregado, buscando diminuir os níveis de desemprego e subemprego, além de contribuir para o desenvolvimento local e regional.
- VIA RÁPIDO: É um programa do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnológica (SDECT), que tem o objetivo de oferecer cursos de qualificação profissional de acordo com as demandas de cada região de forma gratuita à população que esteja em busca de oportunidade no mercado. As aulas são oferecidas nas escolas técnicas estaduais e nas Faculdades de Tecnologias (CENTRO PAULA SOUZA, 2012).

Identifica-se que o Centro Paula Souza contribui de diversas formas atendendo à demanda social.

3 ENSINO TÉCNICO

3.1 Sociedade Contemporânea e Ensino Técnico como Processo Impulsionador para o Mercado de Trabalho e a Questão da Cidadania.

De acordo com Wittaczik (2008) a sociedade atual é marcada pela evolução tecnológica, devido ao surgimento de novas técnicas, surgem continuamente expressivas mudanças no setor produtivo.

Na área da educação não poderia ser diferente, uma vez que a educação tende a estar em sintonia com as inovações tecnológicas. Diante desse contexto se tem uma proposta de educação profissional mais abrangente e, que, ultrapassa o adestramento nas técnicas de trabalho, possibilitando o desenvolvimento de competências profissionais que atendam ao perfil produtivo e tecnológico.

Diante do cenário econômico e global, a nova economia dita o ritmo frenético das transformações mundiais, reformulando o cenário empresarial, obrigando as organizações a assumirem um papel fundamental no processo social contemporâneo (PANEGALLI, 2010).

Para Cardoso (2011), as profundas transformações ocorridas ao longo da história da humanidade, acarretaram uma grande pressão sobre os sistemas educativos, evidentes inclusive no século XXI, impactando a sociedade atual. Dentre estes fatores destacam-se o desenvolvimento científico acelerado, a reorganização dos processos produtivos, o surgimento de novas formas de relação e organização social, os avanços tecnológicos, especialmente no que se refere às tecnologias da informação e comunicação, entre outros.

Trata-se de enfrentar a questão central, ou seja, as relações entre a qualificação profissional e, por isso mesmo, entre a educação (geral e específica) e a globalização da economia de mercado e suas pressões por produtividade e competitividade, por sua vez indutoras/ beneficiárias das transformações na produção, baseadas nas e/ou potencializadas pelas inovações tecnológicas (FERRETTI, 1997, p.228).

Nesse sentido, o termo globalização, ou até mesmo aldeia global, como é conhecido, pode ser considerado um crescimento da interdependência dos povos e países e está diretamente ligado às inovações tecnológicas. Este termo está associado a uma aceleração do tempo, em que tudo muda rapidamente e onde os

deslocamentos também se tornaram mais acessíveis, uma vez que o espaço mundial ficou mais integrado e associado.

Segundo Kuenzer (1999), a globalização da economia é responsável pelo novo padrão de acumulação de capital, transformando o mundo nessa realidade que promove mudanças no setor produtivo. O descobrimento de novos princípios científicos permite a criação de equipamentos, substituindo a forma rígida de trabalho.

Com todos estes aspectos de mudanças no mundo e no mercado de trabalho brasileiro, é necessário estar precavido para não perder espaço. Então, o cidadão, para assegurar-se no mercado de trabalho, tem que manter-se em constante atualização, ser aberto e dinâmico. Para sobreviver nesse mundo novo, é preciso estar em sintonia com a aprendizagem e em busca pelo conhecimento.

Em relação à busca constante por meios de inserção no mercado de trabalho, destaca-se aqui a importância das escolas técnicas e dos cursos de curto prazo que atendem essas necessidades.

Para Kuenzer (1999) o novo discurso refere-se a um novo trabalhador, para todos os setores da economia com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível em diversas modalidades. Dentre elas a capacidade de comunicação, pelo domínio dos códigos e linguagens, além da língua estrangeira, da língua portuguesa, plena autonomia intelectual para resolver problemas com a utilização de conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoamento da capacidade de enfrentar situações que exigem posicionamento ético e, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, por meio da responsabilidade da crítica e da criatividade.

Duarte (2001) ressalta e destaca quatro princípios valorativos para a educação exigida pela sociedade contemporânea:

- o primeiro diz ser mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos de conhecimentos e experiências;
- o segundo é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimento, do que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas;

- o terceiro diz que a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades;
- o quarto indica que a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança.

Enguita (1989), ao estabelecer relação entre o mundo do trabalho e os processos educativos, chama a atenção para o “princípio da correspondência” existente entre as experiências vivenciadas na escola e o mundo da produção. Em seus estudos, a escola é apontada como um dos espaços que contribui na legitimação da ordem social, na socialização da força de trabalho de acordo com o lugar a ser ocupado, estratificando e separando os trabalhadores e reconciliando as pessoas com o seu pressuposto destino social.

O trabalho, ao mesmo tempo em que disciplina os hábitos, desenvolve o gosto da pesquisa e da invenção, a audácia nas empresas, a iniciativa generosa e o sentido de responsabilidade.

Nesse contexto, a educação tem papel fundamental. Cabe a ela visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Segundo Kuenzer (2000), a crescente cientificização da vida produtiva e social passa a exigir do trabalhador cada vez maior apropriação em relação ao conhecimento tecnológico, científico, político e cultural. Deve-se identificar isso em relação à preparação para a vida, ou seja, é preciso construir valores espirituais e morais, uma vez que o mundo atual é caracterizado mais pelo avanço científico e tecnológico.

No que se refere à preparação, a escola, sendo um subsistema da sociedade, é uma organização com a missão de educar e requer uma gestão eficaz dos recursos, funcionamento eficiente, trabalho em equipe e distribuição de responsabilidades. Assim, como organização, cabe à escola responder por objetivos relativos ao cumprimento de bons serviços que garantam o acesso universal e maximizem as possibilidades de todos os alunos atingirem níveis elevados de sucesso escolar (MORIGI, 2012).

Para Morigi (2012, p. 10), “não existe educação senão para a constituição da cidadania plena, seja do indivíduo, seja da coletividade.” De acordo com o autor, a escola contemporânea está cheia de novidades sociais e culturais. Diante desse contexto social, a escola se vê diante da necessidade de estar em reconstrução

permanente para dar respostas às novas demandas sem abandonar a função educativa e formadora.

A formação de um indivíduo é um assunto que interessa a toda a sociedade. Nada somos se não estivermos inseridos em um contexto propício para o desenvolvimento de nossas habilidades e a educação é parte essencial na formação de um indivíduo e conseqüentemente de toda a sociedade (MORIGI, 2012, p.13).

A sociedade exige a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades e a escola, por sua vez, tem por objetivo formar indivíduos com as características exigidas pela sociedade. No entanto, ela precisa se adequar e estar atenta às mudanças diante do contexto globalizado.

Ciência e trabalho, estabelecendo novas formas de relação, passam a exigir um intelectual de novo tipo, não mais o homem culto, político, mas o dirigente, síntese entre o político e o especialista. Homem capaz de atuar na prática, trabalhar tecnicamente e ao mesmo tempo intelectualmente (KUENZER, 2000, p.36).

Kuenzer (2000) comenta ainda que este novo tipo de perfil intelectual não se restringe a desempenhar funções de forma restrita, pois mesmo assim é possível desenvolver todos os tipos de funções, até mesmo porque hoje vivemos, para alguns, a chamada era do conhecimento. O desenvolvimento contemporâneo não permite mais a separação entre a função intelectual da função técnica.

O trabalhador tradicional, que usava as mãos e a força para o trabalho, não serve mais para desempenhar suas atividades como cidadão-homem da polis, sujeito e objeto de direitos e como trabalhador, a exercer suas funções em um processo produtivo em constante transformação; ele precisará apropriar-se do conhecimento produzido e adquirir novas competências que lhe permitiam agir prática e intelectualmente (KUENZER, 2000, p. 36).

Em vista das adversidades do contexto social, é necessário munir-se de novas técnicas e conhecimentos com a finalidade de buscar um desenvolvimento apropriado para o mundo globalizado, uma vez que são fundamentais para garantir a sobrevivência nesta grande concorrência global pelo capital.

Diante desse contexto e do cenário atual, a educação se torna ponto de referência. Destaca-se aqui a importância das escolas técnicas no Brasil para contribuir com ferramentas na formação de jovens e adultos que tenham como

objetivo trabalhar com habilidades e competências na formação dos alunos, para que esses possam ser inseridos no mercado de trabalho.

O mundo dos negócios e as grandes corporações estão em busca constante de capital intelectual, isto é, de pessoas com qualificação e competências para atuar no mundo do trabalho. As ações da educação constituem um princípio de duas vias: a sociedade criou a necessidade de profissionais com habilidades, mas não garantiu condições de qualificação e atribuiu essa função a órgãos que pudessem qualificar esses profissionais, como o CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza). Nessa troca, a função do aluno qualificado é retribuir o conhecimento adquirido por meio da prática do trabalho, na sociedade.

Manfredi (2002) destaca que as políticas públicas para a educação profissional, tanto em nível básico como em nível técnico, ocorreram em função da expansão econômica e da necessidade de suprir, de forma rápida, as demandas por qualificação profissional.

Warren (1973) conceitua o termo técnico para indicar toda pessoa que executa uma profissão que exige conhecimentos científicos e técnicos.

Para Kuenzer (2000) a educação técnica tem como tarefa restituir ao homem a possibilidade de realizar suas capacidades e desenvolver-se através do trabalho, isto é, a possibilidade de conhecer, apropriar-se e de transformar o processo de produção aproveitando as potencialidades do desenvolvimento técnico.

A Educação Profissional diz respeito a todo processo educacional que torne acessível ao seu educando a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, tanto os relacionados à teoria, quanto os vinculados a sua operacionalização, referentes “à produção de bens e serviços” de modo que esse processo educacional pode acontecer em uma instituição de ensino, bem como em uma instituição empresarial (CATANI, 2002, p. 128).

Atualmente no Brasil, o conceito de formação profissional tem sido substituído pelo de educação profissional. Tal flexão visa, pelo menos e tese, realçar a necessidade de substituir a ênfase no “saber fazer” e a concepção subjacente de modelar indivíduos, dando-lhes uma forma determinada pelo objetivo fundamental de educar, de desenvolvimento integral do profissional. O desafio está na efetivação dessa educação, que possibilite equalização de oportunidades, formação do sujeito histórico e produção do conhecimento (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 133).

O Decreto nº 2.208 em seu artigo 1º ressalta os objetivos da educação profissional:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Enguita (1989) menciona que a qualificação é um caminho para a formação de cidadãos de uma sociedade mais justa e igualitária. As grandes e pequenas mudanças que ocorreram nos cem anos de história da educação profissional no Brasil favoreceram a formação da mão de obra necessária para o desenvolvimento nacional, bem como propiciaram a jovens profissionais melhores condições de realização profissional.

Conforme menciona o Ministério da Educação:

A educação Tecnológica guarda compromisso prioritário com o futuro, no qual o conhecimento vem se transformando no principal recurso gerador de riquezas, seu verdadeiro capital, e exigindo, por sua vez, uma renovação da escola, para que se assuma seu papel de transformadora da realidade econômica e social do país. (BRASIL, 1991, p.57)

Richardson (1988) argumenta que a escola profissionalizante tem grande parcela de responsabilidade pelo atendimento no que tange as necessidades de mão de obra para o desenvolvimento socioeconômico. O ensino técnico, por sua vez, em seu contexto geral, é a preparação de jovens e adultos em tempo hábil para que se possam desenvolver habilidades e estarem prontos para serem inseridos no mercado de trabalho e assumirem um lugar de destaque dentro das organizações.

Para Kuenzer (2000), sobre o aspecto e conceito de empregabilidade, pode ser entendido não como uma simples capacidade de obter emprego, mas sim como uma forma de manter-se no mercado de trabalho, diante de um cenário em constantes mudanças.

Nesse sentido, as diretrizes curriculares dos cursos técnicos prevêm a formação de cidadãos qualificados com habilidades e competências para a atuação

no mercado. O profissional em nível técnico, quando no mundo do trabalho, é mais valorizado nos setores industriais muito em função das capacidades desenvolvidas em relação à teoria e à prática.

Com a competitividade acirrada das indústrias no século XXI, ampliou-se a necessidade de mão de obra qualificada e nesse sentido, aumentou também a demanda por um profissional que possua habilidades e competências específicas para atender às necessidades do mundo do trabalho. Quanto maior a complexidade das indústrias e as formas de produção, mais a demanda e a diversidade dos cursos técnicos vão se ampliando.

A abertura da economia e a globalização são processos irreversíveis que estão presentes no dia a dia e das formas mais variadas. Então, é preciso aprender a conviver com isso, uma vez que há mudanças positivas e mudanças que estão tornando a vida de muita gente mais difícil.

Em relação às habilidades, identificam-se três linhas de cursos em grande escala desenvolvidas na educação técnica (GUIA, 2003):

- Habilidades básicas são competências e conhecimentos gerais essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como: comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades.

- As habilidades específicas estão estreitamente relacionadas ao trabalho e dizem respeito aos saberes, exigidas por postos, profissionais ou trabalhos em uma ou mais áreas correlatas.

- E as habilidades de Gestão estão relacionadas às competências de autogestão, de empreendimento, de trabalho em equipe, entre outros.

A respeito da educação profissional, e retomando a discussão sobre a instituição Centro Paula Souza, para atender as demandas do mercado de trabalho e da vida cidadã, a formação profissional por competências é uma das metas político-pedagógicas da unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza.

Conforme Demai (2009) ao construir os currículos dos cursos de educação profissional que são oferecidos pelo Centro Paula Souza, se tem como proposta um perfil de profissional que atenda às exigências do mercado de trabalho, com o domínio de competências técnicas e que apresente capacidade analítica e crítica,

espírito empreendedor e flexibilidade para resolver problemas, estabelecendo convivência democrática.

Segundo Demai (2009, p.6), a elaboração dos planos de curso é executada considerando alguns aspectos e objetivos:

- promover adequação do perfil dos alunos às práticas de recrutamento correntes no mercado de trabalho;
- valorizar componentes curriculares relacionados ao desenvolvimento de competências comportamentais;
- possibilitar aos alunos, ainda durante seu processo de formação, a vivência de situações que se caracterizem na perspectiva dos futuros empregadores;
- utilizar metodologia que propicie o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas novos, comunicar ideias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo, ter autonomia intelectual e representar as regras de convivência democrática;
- desenvolver a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e conduzir ao permanente desenvolvimento de atividades para a vida produtiva;
- possibilitar o atendimento das necessidades dos trabalhadores na construção de seus itinerários individuais, com vistas a níveis mais elevados de competências profissionais;
- desenvolver as competências profissionais do técnico, por intermédio da ação conjunta de profissionais do mundo do trabalho e profissionais da educação;
- possibilitar a avaliação, o reconhecimento e a certificação adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento e conclusão de estudos.

Em relação às vagas de estágios que são ofertadas aos alunos para o mercado de trabalho, importante ressaltar o que aponta a pesquisa realizada pelo Censo do INEP:

O total de vagas de estágio no Brasil antes da aprovação da Lei nº 11.788 era de 1,1 milhão. Hoje esse número é um milhão, sendo, 740 mil para o ensino superior e 260 mil para o ensino médio. Esses números foram resultados de um levantamento feito com os agentes de integração do país. Assim, considerando 2009 quando tínhamos 900 mil estagiários, o crescimento foi de 11%. Segmentando por nível, eram 650 mil no superior e agora são 740 mil, ou seja, uma elevação de 13,8%. Já no médio eram 250 mil e agora 260 mil, um acréscimo de 4% (ABRES, 2013).

Um dado relevante da pesquisa do Censo do INEP é em relação ao maior número de ofertas de estágios, destacando a área de Administração, Comunicação Social e Informática. Segundo Heméritas e Maia (2005), as escolas técnicas têm apresentado um crescimento substancial. Os números de inscritos passaram de

46.542 no primeiro semestre de 1998 para 138.759 no primeiro semestre de 2004, representando um aumento de mais de 198%.

Para Gehringer (2012), o curso técnico encurta o caminho para o emprego, ou seja, para o mercado de trabalho. As habilidades técnicas são o ponto de partida dos empresários na busca de profissionais e o ensino técnico é o que mais se encontra entre as expectativas dos presidentes de empresas em todo o Brasil. Ainda segundo o autor, o curso técnico antes da faculdade é extremamente importante para ganhar experiência no mercado.

A falta de técnicos é tão acentuada que muitas empresas estão fazendo parcerias com escolas profissionalizantes. Uma recente pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias mostra que 61% das empresas pesquisadas estão capacitando seus próprios técnicos (GEHRINGER, 2012, p. 2).

Conforme relato de alunos egressos, os cursos técnicos dão um pequeno empurrão, ajudam a conseguir uma profissão e um salário razoável que permite arcar com os custos da faculdade, por exemplo.

O caminho mais indicado é dar um passo de cada vez. Fazer um curso técnico, conseguir um bom emprego e depois investir em cursos de especialização, incluindo o curso superior mais adequado. (GEHRINGER, 2012, p. 3).

Gehringer (2012) vem ressaltar a relevância do ensino técnico como sendo o primeiro passo para conseguir um bom emprego e depois o acesso ao ensino superior.

3.2 Habilidades Profissionais Desenvolvidas no Curso Técnico em Administração

Dando sequência à questão do ensino técnico como processo impulsionador para o mercado de trabalho, serão ressaltadas as habilidades profissionais desenvolvidas no curso técnico em Administração.

Diante desse contexto, a ementa do curso de Administração do Centro Paula Souza, ressalta as habilidades e competências que são discutidas em sala de aula, pelo professor, por meio de conceitos, exercícios práticos, situações reais, estudos

de caso de empresas de sucesso e insucesso, desafiando o aluno a se encaixar ao perfil exigido pelo mercado, como uma pessoa ética, desafiadora, persistente ao ponto de se arriscar, ou seja, de correr riscos calculados, perfil de liderança e trabalho em equipe. Todas essas características fazem a diferença, como já foi destacado neste estudo, facilitando, dessa forma, que o jovem adentre e possa competir no mercado.

O curso técnico em Administração está elencado na área profissional de Gestão. Segundo Demai (2009, p.83), o técnico em Administração:

É o profissional que controla a rotina administrativa das empresas. Colabora nos planejamentos estratégico, tático e operacional. Realiza atividades em recursos e procede à intermediação nos processos de colocação e de recolocação profissional. Atua nas áreas de compras, auxilia no setor contábil e assessora a área de vendas. Executa intercâmbio de mercadorias e de serviços e executa atividades nas áreas fiscal e financeira.

Nos módulos I e II, os alunos compreendem competências profissionais como: identificar a estrutura da organização e o seu funcionamento, analisar e sistematizar dados, elaborar partidas contábeis, adequar planejamentos estratégicos para a organização, interpretar estudos da situação econômica, utilizar aplicativos operacionais de informática, avaliar o cumprimento dos procedimentos de controle internos entre outros.

Já no módulo III, o aluno adquire competências como: interpretar e produzir documentos relacionados à gestão administrativa, identificar as políticas e normas em relação ao controle de qualidade de produtos e serviços, interpretar e aplicar normas e legislações relacionadas à saúde e segurança do trabalho, elaborar e implantar orçamentos, planejar e controlar, sob orientação do superior, organizar e avaliar atividades de entrada e saída de dados de sistemas de informação, identificar e interpretar princípios e valores que orientam o convívio social, e identificar impactos no que tange o meio ambiente (DEMAI, 2009).

Vale ressaltar que os cursos são oferecidos em módulos semestrais, ao final de cada módulo o aluno recebe um certificado parcial, o que pode agilizar sua inserção no mercado de trabalho. No primeiro semestre há um certificado, mas não a certificação técnica. No segundo, o aluno recebe o certificado de qualificação técnica de nível médio de assistente administrativo e, no terceiro semestre, ele

recebe o certificado de habilitação profissional técnica de nível médio de técnico em Administração.

Administrar necessita preparo, conhecimento, determinação, liderança e trabalho em equipe para que os objetivos sejam traçados e alcançados. O administrador trabalha em praticamente todos os departamentos de uma organização e ele é o responsável pelo planejamento de estratégias e pelo gerenciamento do dia a dia da companhia e pelo gerenciamento dos recursos financeiros, materiais e humanos, entre outras habilidades. O campo de trabalho é amplo, com cerca da metade dos cargos de uma empresa para funções administrativas.

O mercado de trabalho para Administração no Brasil está crescendo junto com a economia. Grandes companhias estão ampliando seus quadros de funcionários e as empresas familiares se profissionalizando e buscando candidatos com boa formação para fazer parte de seus quadros.

Todos os dias entram no mercado centenas de novas empresas, boa parte delas cheias de novas ideias, empreendedores. Por este motivo, as organizações estão em busca de colaboradores que possam oferecer algo mais, ou seja, habilidades e competências, pessoas dedicadas, inovadoras em relação às ideias brilhantes, com senso crítico e acurado, que trabalhem como verdadeiros sócios do negócio (AGUIAR; LUVIZOTTO; SCHMITDT, 2012, p.5).

Vale ressaltar que as organizações do século XXI acompanham as novas tendências organizacionais e a cada dia que passa o mundo se torna cada vez mais competitivo.

Em decorrência, as velhas formas de organização tay-loristas-fordistas não têm mais lugar; a linha vai sendo substituída pelas células de produção, o supervisor desaparece, o engenheiro desce as chão de fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador; na nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento e passa-se a falar de Kanban, Just time, Kaizen, CCQ, Controle estatístico de processo e de produto; as palavras de ordem são qualidade e competitividade (KUENZER, 1999, p.129).

Nesse sentido, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, tem como objetivo trabalhar a fim de que os profissionais que se formem, possam e tenham capacidade de atuar junto ao mercado de trabalho.

Diante da necessidade e pertinência da elaboração de um currículo adequado às demandas do mercado de trabalho, à formação do aluno e aos

princípios contidos na LDB e demais legislações vigentes, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, sob a coordenação do Prof. Almério Melquiades de Araújo, instituiu o Plano de Curso para a Habilitação Profissional de Nível Médio de Técnico em Administração.

O Técnico em Administração exercerá suas funções de acordo com o estabelecido nos dispositivos legais: Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965; Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967; * A Lei nº 4.769/65 sofreu alterações pelas Leis nº 6.642/79 e 8.873/94.

O curso técnico em Administração, diante do Plano de Curso de número 13 tem como objetivos:

- Formar profissionais com competências e habilidades em Administração que lhes possibilite enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho;
- Formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias politicamente corretas, prezando a qualidade de vida e promovendo o bem estar da comunidade.

Entre as capacitações prezadas pelo Centro Paula Souza, elas consistem em:

- Compreender o contexto socioeconômico e humano, nos planos regionais e globais.
- Aplicar, nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética.
- Ter uma formação científica e técnica para empreender e ou atuar em organizações; desenvolver uma administração com autonomia moral, intelectual, tanto dentro do contexto mais imediato da própria organização como no âmbito mais amplo da sociedade.
- Desenvolver estudos sobre a região onde a organização está inserida e propor ações que visem mudanças significativas na organização.
- Aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle, para inserção no contexto dos serviços administrativos das organizações.

O Técnico em Administração, uma vez formado, deverá exercer suas funções de acordo com o estabelecido nos dispositivos legais das normas regulamentadoras do CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), a saber:

Norma Regulamentadora:

- Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.
- Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a

constituição do Conselho Federal e Regional de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769/65, e dá outras providências.

- Lei nº 7.321, de 13 de junho de 1985 – Altera a denominação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração e dá outras providências.

* A Lei nº 4.769/65 sofreu alterações pelas Leis nº 6.642/79 e 8.873/94.

De acordo com CBO (Conselho Brasileiro de Ocupações 1997/2007), descrição 3.513, o Técnico em Administração controla a rotina administrativa, realiza atividades em recursos humanos e faz intermediações entre mão de obra para colocação e recolocação, atuando em diversas áreas da organização como compras, vendas, área financeira, entre outras.

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Administração executa funções de apoio administrativo, como protocolos, arquivos, expedição de documentos, controle de estoques, entre outros.

Acerca deste histórico brasileiro das instituições técnicas de ensino, com foco no Centro Paula Souza, é importante ressaltar que se torna significativo o papel do professor dentro da sala de aula, pois é ele que indicará caminhos, meios estratégicos e ajudará na construção de uma visão consciente sobre a sociedade atual e a economia do país.

3.3 O Curso Técnico em Administração e a Sociedade Organizacional

O mundo em que vivemos é formado por organizações:

A sociedade humana é feita de organizações que fornecem meios para o atendimento de necessidades das pessoas. Serviços de saúde, água e energia, segurança pública, controle de poluição, alimentação, diversão, educação, em todos os níveis – praticamente tudo depende de organizações [...] (MAXIMIANO, 2004, p.25).

Para tanto, o desempenho das organizações se torna essencial para clientes, acionistas, funcionários, fornecedores e para a comunidade em geral, por isso é necessário que elas sejam bem administradas.

Segundo Maximiano (1992), entende-se por organização uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos, podendo ser considerada uma entidade social composta por pessoas que trabalham juntas, de forma estruturada e organizada para atingir um objetivo comum.

Para o autor, organização também é qualquer empreendimento estruturado e constituído para um determinado fim, não importando seu ramo de atividade, sua constituição legal ou sua finalidade. Não há como imaginar uma organização sem forma, sem regras, sem estrutura.

As organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos, que de forma geral, se traduzem no fornecimento de produtos e serviços. Toda a organização existe com a finalidade de fornecer alguma combinação de produto ou serviço. (MAXIMIANO, 2004, p. 27)

Já para Jones (2010), organização diz respeito a uma ferramenta que as pessoas usam para coordenar suas ações e obter alguma coisa que desejam, no sentido de atingir seus objetivos.

Diante disso, toda organização precisa de planejamento, ou seja, ser administrada no intuito de atingir suas metas organizacionais. Toda e qualquer organização necessita de uma prática administrativa que oriente na busca de seus objetivos

A administração é uma ciência que estuda as organizações com fins descritivos para compreender seu funcionamento, sua evolução, seu crescimento e seu comportamento.

Segundo Maximiano (2004), é possível administrar as organizações por meio do processo administrativo, que abrange cinco tipos de decisões, também chamadas de funções: planejamento, organização, liderança, execução e controle.

Nesse sentido, o curso de Administração torna-se relevante na questão social, pois o curso proporciona aprendizagem no que se refere aos aspectos organizacionais na formação de profissionais que ajudem as organizações a atingir seus objetivos.

Interessante ressaltar que a profissão foi regulamentada no ano de 1965, como segue abaixo:

A profissão foi regulamentada por meio da Lei 4.769 de 9 de setembro de 1965, que criou, também, os Conselhos Federal e Regionais de Administração (CFA/CRAs). Depois disso, a Administração passou a ser ainda mais valorizada em diversos setores da sociedade. Apesar disso, algumas empresas ainda insistem em não contratarem Administradores. Mas é importante alertar que assim como não existe futuro sem planejamento, não existe organização sem administração. Em todas as

organizações, seja ela pública ou privada, é necessária a presença deste profissional (CARDOSO, 2011, p. 1).

A área de Administração é vasta e diversificada, pois toda e qualquer organização está subdividida em setores como: administrativo, de produção, marketing, recursos humanos, logística, financeiro, ou seja, há um campo de atuação muito extenso e com boas expectativas no mercado de trabalho.

Segundo o SEBRAE, o Curso Técnico em Administração é direcionado para “pessoas que buscam desenvolver o perfil empreendedor e para profissionais que buscam o aprimoramento constante e a qualificação para atuar com competência nos diversos setores empresariais”. Assim, os profissionais formados atuam em funções importantes na empresa, como planejamento estratégico, recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, atividades financeiras e contábeis, planejamento da logística de recursos materiais, bens e serviços, gestão de processos etc. (PERIARD, 2012).

Para Periard (2012), a área de atuação de um Técnico em Administração é extensa e bem variada, uma vez que o profissional atua em qualquer área da sociedade em que haja a necessidade de administração. Por exemplo, pode ser um negócio como indústria, comércio, hospital, fábrica, empresa do governo, escola e universidade entre outros projetos organizacionais, além da possibilidade de atuar como autônomo, auxiliando em consultorias.

Não há como imaginar um mundo social sem organizações. Elas contribuem para a economia do Brasil e do mundo, auxiliando na empregabilidade de milhões de pessoas, ou seja, há, de fato, a necessidade de administradores, sejam eles de nível técnico ou superior, para gerir e auxiliar diferentes empreendimentos.

Administradores são profissionais que planejam, organizam, dirigem, controlam e orientam a alocação dos recursos, sejam eles financeiros, físicos, tecnológicos e até mesmo humanos das empresas. São eles que criam métodos, processos, planejam atividades, organizam o funcionamento dos vários setores da empresa.

Os Técnicos em Administração necessitam possuir um perfil proativo e empreendedor, voltado para a geração de ideias novas e criativas, além da postura da ética e da responsabilidade social, que hoje se tornou ponto crucial para as organizações se manterem competitivas no cenário global (AGUIAR, LUVIZOTTO, SCHIMIDT, 2012).

Nesse sentido, o curso Técnico em Administração tem sua relevância diante da sociedade contemporânea para formar profissionais capacitados e qualificados para poderem ajudar no desenvolvimento econômico, social, tecnológico das organizações, sempre respeitando a sustentabilidade.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 Campo de Estudo

O estudo de campo desta pesquisa foi realizado na Escola Técnica Estadual de Avaré Professor Fausto Mazzola (Etec de Avaré). A referida escola foi fundada em agosto de 2005 por meio do Plano de Expansão do Governo do Estado de São Paulo. Um ano depois, em 2006, ocorreu a implantação do corpo administrativo da instituição, uma vez que, antes desta época, ela era uma classe descentralizada da Etec Prefeito José Esteves, da cidade de Cerqueira César.

Em 2013, a unidade contava com sete cursos técnicos: Administração, Nutrição e Dietética, Informática, Informática para Internet, Logística, Jurídico e Secretariado. Oferece também o curso de Técnico de Gestão de Pequenas e Médias Empresas, na modalidade à distância (EAD), além de oferecer o ensino médio no período da manhã, desde 2008.

Os cursos de Logística, Secretariado, Jurídico e Informática para internet são oferecidos na classe descentralizada da Unidade, no prédio da Escola Estadual Coronel João Cruz, no Centro da cidade de Avaré.

Em março de 2011, no ano de seu 5º aniversário, a unidade recebeu o nome de “Etec Prof. Fausto Mazzola”, em homenagem ao professor Fausto Mazzola, um importante educador e escultor que residiu em Avaré e que foi de fundamental importância para o desenvolvimento educacional, cultural e artístico da cidade.

A escola conta com um processo seletivo e para ingressar em qualquer um dos cursos fornecidos pela instituição, é necessário que todos os alunos passem por um vestibulinho, ou seja, uma prova de conhecimentos.

No início, a escola contava apenas com 70 alunos e em 2013 contava com um corpo discente de aproximadamente 800 alunos. Segundo informação da secretaria, a procura por uma vaga cresce a cada ano.

A missão da Escola Professor Fausto Mazzola se configura por meio da educação regular, profissional e empreendedora para jovens e adultos, com excelência na qualidade, atendendo às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, com o propósito de aprimorar habilidades, atitudes e conhecimentos que viabilizem o desenvolvimento sustentável ético e tecnológico. A Instituição também

preza pelos valores em relação à diversidade, ao respeito do ser humano, à criatividade, à ousadia e à inovação.

4.2 Metodologia da Pesquisa

Como metodologia, este trabalho fez uso da abordagem qualitativa. De acordo com a natureza das informações, esse método de pesquisa, segundo Minayo (2011), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade de vida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativo. Por isso, não existe um continuum entre abordagens quantitativas e qualitativas, como muita gente propõe, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar, sendo “objetivas e científicas”. E as qualitativas ficariam no final da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo “subjetivas e impressionistas” (MINAYO, 2011, p. 21).

Em relação à estratégia de pesquisa, foi realizado um estudo de caso. De acordo com Lavelle e Dionne (1999), a vantagem marcante dessa estratégia de pesquisa é que ela está focada na possibilidade de aperfeiçoamento, pois os recursos se concentram no caso específico. Desse modo, ao longo da pesquisa, o pesquisador pode mostrar-se criativo, imaginativo, com tempo para se adaptar aos instrumentos da mesma.

Vale ressaltar que o estudo de caso é real, aberto e não controlado, ou seja, o pesquisador está inserido pessoalmente, estudando o caso e se aprofundando a respeito do mesmo, sendo necessárias compreensão e assimilação para entender o caso em si de uma forma mais aprofundada (LESSARD; GOYET; BOUTIN, 1994).

4.3 Seleção e Caracterização dos Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa constituíram um grupo de 10 alunos egressos do curso Técnico em Administração, ingressantes no curso no 2º semestre de 2010, com o término no 2º semestre de 2011 (duração de um ano e meio). Foram utilizados os seguintes critérios de escolha dos sujeitos:

- a) Egressos que apresentaram bom desempenho durante as aulas enquanto eram alunos, revelando senso crítico e espírito empreendedor na hora de desempenhar as atividades;
- b) Egressos que, por meio do ensino técnico, conseguiram o seu primeiro emprego ou que se destacaram e obtiveram evolução de carreira e que, na época da escolha, atuavam na área de Administração;
- c) Egressos que conseguiram ingressar no ensino superior logo após o término do ensino técnico e que cursavam a graduação em Administração.

Os sujeitos estavam na faixa etária entre 18 e 30 anos. Entre eles, cinco são homens e cinco são mulheres, todos cursavam o primeiro ano do ensino superior de Administração.

Vale ressaltar que antes do início das entrevistas, foi explicado aos entrevistados o porquê da investigação. Aos entrevistados foi garantido que somente a pesquisadora e sua orientadora teriam conhecimento da identidade dos participantes.

Para tanto, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com objetivo de serem esclarecidos sobre o estudo a ser desenvolvido e todas as questões que englobavam a pesquisa.

Tabela 5 - Identificação dos Sujeitos

Aluno	Idade	Sexo	Escolaridade	Atuação no mercado de trabalho	Término do ensino técnico	Profissão
Aluno 01	19	Fem.	Sup. Incomp	Setor Primário	2011	Técnico em Administração
Aluno 02	23	Fem.	Sup. Incomp	Setor Primário	2011	Técnico em Administração
Aluno 03	20	Fem.	Sup. Incomp	Setor Secundário	2011	Técnico em Administração
Aluno 04	20	Fem.	Sup. Incomp	Setor Primário	2011	Técnico em Administração
Aluno 05	24	Fem.	Sup. Incomp	Setor secundário	2011	Técnico em Administração
Aluno 06	25	Masc.	Sup. Incomp	Setor Terciário	2011	Técnico em Administração
Aluno 07	21	Masc.	Sup. Incomp	Setor terciário	2011	Técnico em Administração
Aluno 08	20	Masc.	Sup. Incomp	Setor terciário	2011	Técnico em Administração
Aluno 09	30	Masc.	Sup. Incomp	Setor Terciário	2011	Técnico em Administração
Aluno 10	27	Masc.	Sup. Incomp	Setor Secundário	2011	Técnico em Administração

A tabela tem como objetivo mostrar os sujeitos em relação a algumas informações. Além de identificar os egressos em sequência numérica, como nomenclatura a ser utilizada na análise e discussão dos dados.

4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

Houve procedimentos de coleta de dados de duas naturezas. Uma em relação à parte documental – em que foi utilizado o Plano de Curso: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração, instrumento em que consta as habilidades e competências que são focos de atenção no curso técnico em Administração.

Na pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista semiestruturada por meio de um roteiro elaborado pela pesquisadora (Apêndice), formulada com 11 perguntas semiabertas, com o propósito de verificar a compreensão dos egressos em relação à contribuição do curso de Administração do Centro Paula Souza de Avaré. As entrevistas ocorreram individualmente e com horários agendados.

4.5 Aplicação dos Instrumentos

Dos participantes, oito deles foram entrevistados no período noturno na instituição onde estudavam, pois era o horário mais fácil para encontrá-los. As entrevistas foram realizadas no intervalo de aulas. Os outros alunos foram entrevistados em suas residências, em horário combinado.

Antes do início das entrevistas, foi explicado o porquê da investigação e o objetivo de identificar possíveis contribuições do ensino técnico no aprendizado de competências profissionais.

Em relação às entrevistas, não houve problemas relativos à disponibilidade de tempo dos alunos, elas foram realizadas durante uma semana, em intervalos de aulas.

Cada entrevista durou aproximadamente 40 minutos. Ao finalizar o trabalho, os participantes foram informados de que a escola ficaria com uma cópia da dissertação e que eles teriam acesso ao material na instituição (Etec Avaré).

4.6 Procedimentos de Análise dos Dados

Uma vez coletados os dados, o passo seguinte foi analisá-los. Para tanto, optou-se pela análise de conteúdo por acreditar ser a mais adequada a esta investigação. Para Bardin (1977, p.42), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Como os dados coletados consistiam em opiniões dos sujeitos, Laville e Dionne (1999, p. 214) explicam que a análise de conteúdo “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse tipo de conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”.

Bardin (2011) ressalta que a análise de conteúdo identifica a interpretação do significado das respostas (escrita ou oral) apresentada pelo pesquisado, ou seja, “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2011, p.50).

Portanto, o objetivo “[...] da análise de conteúdo é a manipulação das mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar estes indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p.52).

Como a técnica de análise de conteúdo foi escolhida pela pesquisadora, evidenciou-se a importância em trabalhar na busca pela compreensão mais aprofundada das informações e não da quantificação em si. Para tanto, foram seguidos os seguintes passos:

- organização dos dados, reunindo assim todo o material coletado;
- leitura minuciosa das respostas dadas a cada pergunta de todos os entrevistados.

Os dados levantados nas entrevistas foram organizados por meio de alguns procedimentos que remetiam aos níveis e às categorias de unidades de análise que

representam a totalidade das comunicações, ou seja, a descrição e a representação do conteúdo das entrevistas (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

Foram definidas cinco categorias de análise que correspondiam aos itens propostos no roteiro da entrevista:

- Formação inicial como suporte de entrada para o mercado de trabalho;
- Aprendizagem de características empreendedoras;
- Formação ética e aspectos no que se referem à cidadania;
- O ensino técnico como ponte para o ensino superior;
- Percepção pelos alunos das habilidades e competências profissionais adquiridas no decorrer do curso.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 Apresentação e Análise dos Dados

A presente seção trata da apresentação e a análise dos dados das entrevistas a partir das categorias levantadas: formação inicial como suporte de entrada para o mercado de trabalho; aprendizagem de características empreendedoras; formação ética e aspectos referentes à cidadania; o ensino técnico como ponte para o ensino superior; percepção pelos alunos das habilidades e competências profissionais adquiridas no decorrer do curso.

Formação inicial como suporte de entrada para o mercado de trabalho.

A seguir estão transcritos fragmentos das falas dos entrevistados ao responderem à pergunta. “Você considera sua formação no Centro Paula Souza como forma de contribuição e como ponte para seu primeiro emprego ou mudança de emprego, promoção, entre outros? Justifique.”

“Eu conquistei a vaga do meu primeiro emprego por estar cursando o ensino técnico em Administração”. (Aluno 01).

“A Etec contribuiu muito para meu primeiro ingresso no mercado de trabalho, pois como não tinha experiência profissional, o curso técnico foi um diferencial em meu currículo que chamou a atenção do entrevistador”. (Aluno 03).

“Devido à realização do curso técnico em Administração, foi que consegui meu primeiro emprego com carteira de trabalho assinada, inicialmente como aprendiz (durante o tempo de realização do curso) e, posteriormente, sendo efetivado no grupo organizacional”. (Aluno 04).

“A formação me ajudou no crescimento profissional, pois eu já trabalhava na área e subi de cargo quando ingressei no curso”. (Aluno 07).

De acordo com a missão do Centro Paula Souza em promover a educação profissional e atender às demandas do mercado de trabalho, essa categoria mostrou que a maioria dos entrevistados considerou válida a formação como sendo uma espécie de suporte para a entrada no mundo do trabalho.

De acordo com estas respostas, percebe-se o grau de importância dado pelos egressos ao ensino técnico. Além disso, a sociedade e as organizações de hoje exigem qualificação e o objetivo das escolas técnicas é fornecer conhecimentos para que os egressos possam ser inseridos no contexto social, econômico e profissional.

Segundo Carvalho (2011), nos últimos anos a formação profissional tem sido vista como uma resposta aos problemas decorrentes da globalização na busca pela qualidade e competitividade e pelas transformações no mundo do trabalho. Na fala do aluno (01) confirma o potencial de empregabilidade da formação profissional: “Eu conquistei a vaga do meu primeiro emprego por estar cursando o ensino técnico em Administração”.

Para Kuenzer (2000), a educação técnica tem como tarefa restituir ao homem a possibilidade de realizar suas capacidades e desenvolver-se por meio do trabalho, ou seja, lhe oferece a possibilidade de conhecer, transformar e apropriar-se do processo de produção aproveitando as potencialidades do desenvolvimento técnico. Isso fica claro na fala do aluno 06: “A formação técnica possibilitou enxergar novos caminhos e trazer novas soluções para a empresa. Conseqüentemente vieram recompensas tais como benefícios e promoção. Ou seja, se não me formasse, certamente não teria adquirido tais conhecimentos e não teria evoluído de forma profissional e intelectual.”

Dessa forma, o relato do aluno indica que, de modo geral, se podem adquirir tais conhecimentos e até mesmo trazer novas soluções para a empresa na qual atua. Isso quer dizer que o aprendizado ocorreu de fato, além das recompensas que esse aluno teve. Há ainda o destaque dado aos conhecimentos que contribuíram para a sua formação profissional e intelectual.

Essa situação se aproxima do que Catani (2002, p.128) destaca, segundo esse autor, a Educação Profissional diz respeito a todo processo educacional que torne acessível ao seu educando a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, tanto os relacionados à teoria, quanto os vinculados a sua operacionalização.

Como argumenta Richardson (1988), a escola profissionalizante contribui com sua parcela no atendimento das necessidades de mão de obra para o desenvolvimento socioeconômico ao preparar jovens para aprimorarem suas potencialidades e habilidades técnicas para assumir um lugar de destaque dentro das organizações e da sociedade em geral, como falou o aluno 10: “foi um grande

aprendizado em minha vida, pude obter conhecimentos em diversas áreas e graças ao ensino técnico consegui meu primeiro emprego em uma grande empresa da cidade”.

É possível perceber a ligação com a entrada para o mercado de trabalho, a pesquisa pode verificar que a maioria dos entrevistados considerou válida a formação técnica e que a mesma contribuiu, significativamente, para esse ingresso.

Aprendizagem de características empreendedoras

Nessa categoria foi possível identificar a relevância da característica empreendedora, considerada um diferencial competitivo para as organizações do século XXI. Possui característica empreendedora toda pessoa capaz de utilizar a sua criatividade e inovar dentro das organizações, além de apresentar características como ousadia, liderança, capacidade de correr riscos calculados, perseverança, iniciativa, entre outras mais.

A seguir estão alguns trechos de relatos dos próprios entrevistados que discorreram sobre essa questão: “Não apenas identifiquei características empreendedoras, mas também adquiri outras, até então desconhecidas. Além disso, tomei ciência da importância que tais características empreendedoras possuem e como é um grande diferencial no mercado de trabalho”. (Aluno 06). “O curso nos ofereceu uma nova visão de mundo, atentando para a necessidade de sempre inovar e se adaptar às mudanças, além de se atualizar periodicamente” (Aluno 04). “O curso trabalhava o empreendedorismo, isso nos ensinou a inovar e usar a criatividade em muitas coisas”. (Aluno 07). “O curso no Centro Paula Souza me proporcionou uma visão mais ampla do mercado de trabalho e a com aulas práticas e dinâmicas proporcionaram o desenvolvimento de habilidades empreendedoras”. (Aluno 01)

Evidencia-se nos excertos que a questão empreendedora se torna ponto de partida para a busca de novos desafios. Essas características fazem diferença hoje no mercado de trabalho. O perfil empreendedor exigido pelas organizações diz respeito a pessoas criativas, inovadoras, dinâmicas, ousadas, que possuem iniciativa. O relato do aluno 03 foi marcante: “o fato de buscar um curso técnico já é uma característica empreendedora, a busca por um ingresso mais rápido no mercado e uma valorização do currículo.”

Nesse relato podemos identificar que o aluno considerou válida a busca por um curso técnico, considerando-o como uma grande oportunidade no que tange à sua inserção no mercado de trabalho e a valorização do currículo. Isso nos remete a Drucker (1996) ao afirmar que a inovação é o instrumento específico do empreendedor, sendo o ato que contempla os recursos com a nova capacidade de criar riqueza.

Para Conde (2002), os empreendedores caracterizam-se por serem pessoas capazes de gerar mudanças necessárias, assumir os riscos decorrentes, de dar origem às novas ideias e, principalmente, descobrir e aproveitar as oportunidades, criando valor a partir delas. O fragmento da fala do aluno 08 aponta para isso: “tinha um projeto em que os alunos da minha sala administravam a própria cantina da escola e com esse projeto aprendi várias coisas na prática.”

Nesse sentido, como apontam os relatos dos entrevistados e a literatura de apoio, evidenciamos a importância da característica e do perfil empreendedor diante da nova realidade das organizações do século XXI.

Formação ética e aspectos no que se referem à cidadania.

Sobre o conceito de cidadania, no decorrer das entrevistas percebeu-se que todos os entrevistados concordaram que, durante o curso, esse conceito era enfatizado em sala de aula, nas atividades, na parte conceitual e nas dinâmicas realizadas no dia a dia do curso. Vejamos abaixo alguns trechos dos relatos dos próprios entrevistados: “aprendemos a valorizar o respeito entre as pessoas para que haja um convívio harmonioso”. (Aluno 03); “uma organização que tem como um dos seus pilares a ética, que como seu sucesso impacta no bem para a sociedade, gerando emprego, cuidando da natureza com práticas sustentáveis e projetos de cidadania”. (Aluno 02); “O curso nos proporcionou ampla visão no que diz respeito à cidadania ao semelhante, de como devemos agir perante a sociedade em que vivemos”. (Aluno 09).

Morigi (2012) ressalta não existir educação senão para a constituição da cidadania plena e em relação a uma sociedade mais justa. Nos relatos dos alunos 01 e 04 se esclarecem as preocupações com a questão ambiental e social, por exemplo, o que está diretamente ligado às questões de cidadania: “A escola incentivava os alunos em vários projetos que tratavam o conceito de cidadania.”

(Aluno 01); “o curso buscou desenvolver cidadãos éticos, preocupados com a responsabilidade socioambiental tanto pessoal quanto organizacional.” (Aluno 04).

A partir da análise documental verificamos que o Centro Paula Souza possui parceria com várias empresas e de modo especial dedica atenção à sociedade e ao meio ambiente. Os professores e alunos trabalham em parcerias com a comunidade e essas atividades práticas trazem benefícios concretos para toda a população. Os vários projetos voltados à comunidade têm relação direta com o meio ambiente, envolvem o plantio de árvores, transformação de lixo em energia, mapeamento de arborização urbana, entre outros. Todos esses projetos favorecem o meio ambiente e trazem conscientização a toda a população. (MAPEAMENTO, 2005).

Enguita (1989), por sua vez, esclarece que a qualificação é um caminho para a construção de cidadãos plenos. Vale ressaltar então, que a sociedade exige cidadãos conscientes de suas responsabilidades e diante desse contexto a escola tem por objetivo formar indivíduos com características exigidas pela sociedade. Observa-se que o Centro Paula Souza, em seus cursos técnicos, enfatiza a importância da ética dentro do contexto social.

O ensino técnico como ponte para o ensino superior.

Ao serem indagados se o ensino técnico era uma possível ponte para o ensino superior, obtivemos como respostas:

“Graças ao curso técnico fui para a faculdade com uma grande bagagem de conhecimentos o que facilitou a minha aprendizagem. Dessa forma acredito sim ser ponte para o ensino superior”. (Aluno 09)

“Disso não há dúvida. Estou em meu segundo ano de faculdade e o fato de eu ter cursado o técnico antes, foi de extrema importância, pois a linguagem que os professores usavam eram linguagens e termos que aprendi no curso técnico. Além disso, o raciocínio se torna mais rápido e as teorias são melhor compreendidas pois no curso técnico estudamos mais a prática, e isso é um diferencial tremendo pois se sabemos como funciona na prática, a teoria torna-se mais compreensível”. (Aluno 06)

“Sem sombra de dúvidas o ensino técnico agregou grande conhecimento e aprendizado, abrindo as portas para o mercado de trabalho e para adentrar no ensino superior. Sou

exemplo disto. Consegui meu primeiro emprego e agora, com o ganho mensal, estou cursando o nível superior em Administração.” (Aluno 04).

O aluno 04 deixa evidente que o ensino técnico proporciona a entrada no mercado de trabalho e, com isso, possibilita que o profissional tenha um salário satisfatório possa dar continuidade aos seus estudos. Com meu ganho mensal, *“estou cursando o nível superior em Administração”.*

Outro exemplo também evidencia a questão do ensino técnico sobre proporcionar uma visão global do que trata o curso de Administração, isso favorece a continuidade dos estudos. *“No meu caso influenciou muito, pois o curso me proporcionou base sobre Administração, gostei muito e agora estou cursando o superior. O curso técnico amplia a visão do aluno para que possa identificar suas habilidades para a escolha do curso superior”.* (Aluno 03).

Gehring (2012) ressalta a relevância do ensino técnico como sendo o primeiro passo para conseguir um bom emprego e depois o acesso ao ensino superior. Em relação ao ensino técnico servir de base e escolha do curso para o nível superior, isso dá para perceber no relato do Aluno 01: *“O ensino técnico proporciona uma base que auxilia na escolha de um ensino superior e da carreira profissional. Além de facilitar o aprendizado no curso superior.”*

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, é interessante notar que o ensino técnico auxilia significativamente na escolha do ensino superior. Gehring (2012) diz que o curso técnico é um pequeno empurrão para se conseguir uma profissão e um emprego com salário razoável para arcar com os custos do ensino superior.

Nesta categoria podemos observar, na maioria dos depoimentos, que o ensino técnico oportunizou aos egressos primeiro ou ascensão de cargo. Esses fatores contribuem para o ingresso e, também, para arcar com os custos do ensino superior.

Percepção pelos alunos das habilidades e competências profissionais adquiridas no decorrer do curso.

Pode-se perceber que os entrevistados se identificaram com a questão uma vez que o curso tratava, todo o tempo, das habilidades e competências. Diante disso

foram levantados alguns aspectos sobre as habilidades e competências e que estão nos depoimentos a seguir:

“Análise crítica, visão de futuro, estratégias, espírito empreendedor”. (Aluno 10).

“Trabalhar a questão da inovação, planejar a curto, médio e longo prazo”. (Aluno 09)

“Visão de mercado, táticas de negócio, questão empreendedora”. (Aluno 07)

“Visão de futuro, Análise Crítica, Trabalho em Equipe, Estratégias, Visão Holística, entre outras.” (Aluno 04)

“Liderança, trabalho em equipe, iniciativa, flexibilidade, ampliar a visão, não fugir de problemas, mas enfrentar e resolvê-los, dinamismo, criar soluções, inovar sempre e nunca deixar de crescer. Continuo “a aprender e desenvolver novas habilidades e aprimorar as já existentes”. (Aluno 06).

A aluna 03 comenta em seu depoimento que amadureceu como pessoa e também relata que aprendeu a superar seus limites. “Eu amadureci muito como pessoa, reconheci habilidades, aprendi a superar meus limites, a ter mais responsabilidade e a me organizar melhor”.

Todas as falas parecem mostrar que, realmente, os egressos acreditam haver desenvolvido as habilidades e competências previstas no curso.

As diretrizes curriculares dos cursos técnicos preveem a formação de cidadãos qualificados com habilidades e competências para a atuação no mundo do trabalho. Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o técnico em Administração executa as funções de apoio administrativo, como arquivos, protocolos, expedição de documentos, controle de estoques, entre outras atribuições.

O Plano de curso de Administração em relação à habilitação profissional técnica de nível médio do Centro Paula Souza ressalta seus objetivos em: Compreender o contexto socioeconômico e humano, nos planos regionais e globais; Aplicar, nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética; Obter uma formação científica e técnica para empreender e ou atuar em organizações; desenvolver uma administração com autonomia moral, intelectual, tanto dentro do contexto mais imediato da própria organização como no âmbito mais amplo da sociedade; Desenvolver estudos sobre a região onde a

organização está inserida e propor ações que visem mudanças significativas na organização.

De acordo com o Guia (2013), as habilidades básicas tratam de competências e conhecimentos que são essenciais para o mercado como: comunicação e expressão, preservação ambiental, direitos humanos entre outros. Já as habilidades específicas estão estreitamente relacionadas ao trabalho e dizem respeito aos saberes, e as habilidades de gestão estão relacionadas às competências de autogestão, de empreendimento, e de trabalho em equipe.

A partir das argumentações dos egressos, temos a indicação de que os entrevistados desenvolveram as habilidades e competências que eram previstas pelo plano de curso de Administração no Centro Paula Souza, nesta pesquisa a referência foi escola Professor Fausto Mazzola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisou-se que em decorrência das novas tecnologias e das transformações ocorridas no mundo do trabalho no século XXI, é evidente o destaque e a contribuição das escolas técnicas no que tange à formação profissional.

A sociedade vive era da informação e da tecnologia, e na busca pela empregabilidade é necessário o uso de novas técnicas, ferramentas e conhecimentos com a finalidade de alcançar empregabilidade e êxito na vida profissional.

As organizações buscam em suas contratações um perfil diferente de profissional justamente em função dessa nova realidade. Elas estão em busca constante de capital intelectual, de pessoas com qualificação e competências para atuar no mercado de trabalho. Importante destacar que este tem sido o foco da área de Recursos Humanos das organizações de diferentes naturezas.

A Educação profissional tornou-se ponto de referência diante do cenário atual uma vez que contribui na formação de jovens e adultos com perfil empreendedor. Ela se tornou umas das responsáveis pelo atendimento das necessidades de mão de obra diante da demanda e tem como objetivo a preparação de profissionais qualificados.

A sociedade é regida por organizações no intuito de fornecer meios para as necessidades humanas como energia, saúde, alimentação, educação entre outras. Nesse sentido, podemos dizer que as escolas técnicas contribuem para a movimentação da economia de um país, estado e região, sendo importantes geradoras e mantenedoras da empregabilidade.

Nesse sentido, o desempenho das organizações é importante para a comunidade, elas precisam ser bem administradas e planejadas. Toda organização, seja ela pública ou privada, tem o propósito de atingir seus objetivos, por isso, necessita de administradores, sejam eles de nível técnico ou superior, que auxiliem na execução de suas atividades.

O curso técnico em Administração tem sua relevância social no sentido em que forma profissionais com habilidades e competências para suprir necessidades da sociedade.

Neste sentido, em nossa pesquisa verificamos nos egressos um alto grau de satisfação em relação ao ensino e aprendizado do curso em Administração, assim como no desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Esta pesquisa também enfatizou que a educação profissional tem sido valorizada diante das necessidades de demanda por profissionais com qualificação diante do competitivo cenário atual. A sociedade contemporânea tem exigido das organizações um perfil de profissional que atenda às expectativas do mercado, com o domínio de competências técnicas, com características empreendedoras, com capacidade analítica e crítica, flexibilidade para resolver conflitos, espírito de liderança entre outras.

Importante frisar que a formação profissional deve estar em constante sintonia com as inovações tecnológicas e que haja uma educação mais abrangente e inclusiva, possibilitando o desenvolvimento de competências que atendam ao novo perfil produtivo e tecnológico.

Diante disso, a nossa pesquisa deixa como proposta para o Centro Paula Souza, de forma especial para a escola professor Fausto Mazzola (Etec de Avaré), a implantação de uma Empresa Júnior dentro da unidade escolar. Ela seria uma organização criada pela instituição para realizar parcerias com empresas locais e regionais no intuito de inserir os jovens em situações reais vividas pelas organizações em seus diferentes ambientes, sejam eles favoráveis ou não. Identificando oportunidades de negócios e ameaças para a organização, dessa forma poderão ser desenvolvidos diagnósticos adequados, o que contribuiria para o aprendizado das habilidades e competências focalizadas em aula. Seria a teoria sendo colocada em prática.

A pesquisa trouxe satisfação, sobretudo ao ser evidenciada a relevância que o ensino técnico proporciona na vida dos egressos, o que caracteriza este campo de estudos com promissor e instigante caminho para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRES. Associação Brasileira de Estágios. (INEP). **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.abres.org.br/v01/stats/>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

AGUIAR, Camila Camargo; LUVIZZOTO, Caroline Kraus; SCHIMITH, Tambelli, Ivone Schimith. Habilidades e Competências adquiridas no Ensino Técnico e sua importância na formação de jovens empreendedores. In: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. 12., 2009. Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Unoeste, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/RJJwRI>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

ALMEIDA, J.R.P. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: INEP/MEC, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Sueli. S. dos Santos. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: entre a continuidade e a ruptura. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza. Centro Paula Souza, 2011.

BERTOIGNA, Vinícius. **A educação profissional no Brasil**: a questão do dualismo ainda permanece? 2009. 101f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP.

BRASIL. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei 1.214 de 24 de Outubro de 1911**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1911/lei%20n.1.261,%20de%2002.10.1911.htm>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio 2010.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.**Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 06 set. 2012.

BRASIL. **Decreto n 2118 B, de 28 de Setembro de 1911.** Disponível em:
<[http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto% 20n. 2.118-B,%20de%2028.09.1911.htm](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto%20n.2.118-B,%20de%2028.09.1911.htm)>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. **Decreto n 61.934 de 22 de Dezembro de 1967.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, **DOU** de 12/08/71 – Lei de Diretrizes de Bases. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino Fundamental e Médio.** Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/lei/lein9394.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **História do MEC.** 2009. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:historia&catid=97:omec&Itemid=171>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Médio. **Do ensino de 2º grau: habilitação profissional.** Brasília, 1979.

BRASIL. Ministério do Trabalho/SEFOR. **Educação profissional:** um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para ensino médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao01_05.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 4.769 de 09 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.873 de 26 abril de 1994**. Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 6.642 de 09 de setembro de 1965**. Altera dispositivos da lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de administração.

BRASIL. **O Sistema Nacional de Educação Tecnológica**. Brasília, 1991.

CBO. Classificação Brasileira de Cursos. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

CATANI, A.D. Formação profissional. In: _____. (Org.). **Dicionário crítico**. Sobre trabalho e tecnologia. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, Roberto Carvalho. **A importância da administração**. 2011. Disponível em: <<http://www.tutorexecutivo.com/2011/10/dados-interessantes-da-administracao.html>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes. **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **40 Anos Catálogo**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2005.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Perfil Histórico**. 2011. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Missão, visão, objetivos e diretrizes**, 2011. Disponível em:

<<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/missao-visao-objetivos-e-diretrizes/.2011>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Reunião anual de balanço das atividades Institucionais**. 2010. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/download/reuniao-diretores-serra-negra.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **PEQ 2012 – Programa Estadual de Qualificação Profissional**. Disponível em: <<http://www.escolaeudecio.com.br/noticias/peq.php?page=cap3>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Notícias 2012**. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Noticias/2012/julho/04_governo-entregamais-uma-unidade-movel-do-via-rapida.asp>. Acesso em: 25 set. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Plano de Curso: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração**. Disponível em: <<http://www.eteavare.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Governo do Estado de São Paulo. **Localização das Etecs**: Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/Escolas/>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

CONDE, Lílian Maria Ribeiro. A gênese do empreendedorismo: uma face do trabalho como auto-realização. **Revista Acadêmica da FACECA**, v.2, n.3, jan./jun. 2002.

DANNA, Francisco Luiz. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2004. Disponível em: <<http://educacaoprofissional.sct.ce.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2013.

DEMAI, Fernanda Mello. **Livro das competências profissionais: a síntese dos 90 cursos técnicos e das 115 qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza**. Número 2. São Paulo: Centro Paula Souza, 2009.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, set./out./nov./dez., 2001.

DRUCKER. Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (Entrepreneurship): práticas e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1996.

ELLIS, M. et al. **O Brasil monárquico: declínio e queda do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ENQUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 18, n. 59, ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2013.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucila. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2000.

FUNAP. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.funap.sp.gov.br/projeto_daspre.html>. Acesso em: 22 set. 2013.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. 2009. 147f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_oliveiragarcia.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

GEHRINGER, Max. **Curso técnico encurta caminho para emprego**. 2012. Disponível em: <<http://www.fantastico.globo.com/jornalismo/FANT/O...MUL752324.15607.00.html>>. Acesso em: 14 maio 2013.

GIRARDELLO, Cintia Beatriz da. **A nova educação profissional no Brasil: O ensino baseado em competências**. 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogobrasil.com.br/>>. Acesso em: 30 set. 2013.

GUIA para desenvolvimento de Cursos: habilidades básicas, de gestão e específicas. São Paulo: Federação Nacional das Apaes, 2003.

HEMÉRITAS, Adhemar B.; MAIA, Luiz Carlos Zanirato. **Reflexos da reforma da educação profissional nas escolas técnicas estaduais de São Paulo**. Campinas: Komedi, 2005.

JONES, Gareth R. **Teoria das organizações**. São Paulo: Pearson, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: Inep, 1991.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico e suas conseqüências. In: LIMA FILHO, Domingos Leite (org.). **Educação profissional: tendências e desafios**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes, 1999.

LESSARD, Herbert; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **A investigação qualitativa fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.; (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAPEAMENTO da Educação Profissional no Estado de São Paulo. São Paulo: CENTRO PAULA SOUZA; SENAI, 2005.

MATOS, Eduardo Guedes. **Uma análise da educação profissional de nível médio no Brasil**. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 1992.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORIGI, Valter. Pesquisando em EJA: educação profissional em tempos difíceis. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (orgs.) **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012. p. 32-41.

MOTTA, Paulo Tadeu Rabelo. **O ensino técnico como alternativa de acesso ao mercado de trabalho**: um estudo do perfil do aluno da escola técnica estadual de Assis - SP. 2012. 70 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

PANEGALLI, José Carlos. **O cenário econômico e a gestão empresarial**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-cenario-economico-e-a-gestao-empresarial/39041/>>. Acesso em: 09 ago. 2012

PERIARD, Gustavo. **Curso Técnico em Administração – saiba tudo**. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/curso-tecnico-administracao-saiba-tudo/>>. Acesso em: 09 maio 2013.

RICHARDSON, Roberto J. A intervenção do estado e a relação escola – trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 6, n. 1, p. 65-83, jan./jul. 1988.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, J. A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T. et al. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 205-224.

SÉCIO, Roberto. **Liceu de artes e ofício**: um marco na cidade de São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://robertoseciosp.flogbrasil.terra.com.br/foto11370754.html>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. **Pró-Egresso**. Disponível em: <<http://www.emprego.sp.gov.br/emprego/pro-egresso>>. Acesso em: 22 set. 2013.

SENAI. **História**. Disponível em: <http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx>. Acesso em: 06 abr. 2013.

SILVA, Edjane dos Santos. Pedagogia do Capital: Uma análise crítica da influência da teoria do capital humano nas políticas de educação profissional no Brasil em tempos neoliberais. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

XAVIER, Eudes. **Escolas técnicas**: Disponível em:
<<http://www.eudesxavier.org.br/conteudo/1313/30092009/Escolas+Tecnicas.html>>.
Acesso em: 15 set. 2012.

VIA Rápido Emprego. **Programa de qualificação profissional**. Disponível em:
<<http://www.viarapida.sp.gov.br/ViaRapida.aspx>>. Acesso em: 26 set. 2013.

WARREN, Hugh. **O ensino técnico e profissional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Ensino por competências**: as concepções dos professores dos cursos superiores do Senai/SC de Jaraguá do Sul. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

XAVIER, Eudes. **Escolas técnicas**. Disponível em:
<<http://www.eudesxavier.org.br/conteudo/1313/30092009/Escolas+Tecnicas.html>>.
Acesso em: 25 jul. 2013.

APÊNDICE

1. Caracterização do sujeito – Informações pessoais

1.1 Sexo

- Masculino
- Feminino

1.2 Idade:

- Até 21 anos
- De 21 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 a 39 anos
- De 40 a 49 anos
- Acima de 50 anos ou mais

1.3 Nível de Escolaridade

- Magistério
- Técnico
- Superior - Incompleto – Cursando

Curso: _____

- Superior- Completo – Curso: _____
- Especialização – mínimo 360 horas
- Mestrado
- Doutorado

1.4 Em que ano terminou o curso Técnico em Administração?

- entre 2008 / 2009
- entre 2009 / 2010
- entre 2010 /2011
- entre 2011 / 2012

2. ROTEIRO DA ENTREVISTA

2 Questionamentos sobre o egresso

2.1 Está empregado no mercado de Trabalho?

() Sim () Não

2.2 Considera sua formação no Centro Paula Souza como forma de contribuição e como ponte para seu primeiro emprego ou mudança de emprego, promoção, entre outros? Justifique.

() Sim () Não

2.3 Levando em consideração o cenário contemporâneo extremamente competitivo, identificou, em seu aprendizado no Centro Paula Souza, características empreendedoras importantes para sua formação no curso de Administração? Comente sua resposta.

() Sim () Não

2.4 Dentre as habilidades listadas, qual delas o professor mais enfatizava dentro da sala de aula? Justifique.

() Identificar visão de futuro das organizações.

() Desenvolver iniciativa e criatividade, mostrando vontade de aprender obtendo conhecimento em relação aos conceitos éticos profissionais.

() Reconhecer e definir problemas, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

() Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

2.4 No que concerne à educação e formação profissional, foi possível identificar, no curso de Administração no Centro Paula Souza, o cuidado com a formação ética no que tange ao conceito de cidadania dentro das organizações e perante a sociedade em geral?

2.5 Em sua opinião, o ensino técnico proporciona aprendizado e é uma possível ponte para o ensino superior? Justifique.

2.6 Relate aqui as habilidades e competências que você adquiriu no curso Técnico de Administração no Centro Paula Souza.
